Rastros do Passado:

O uso das fontes na escrita da História

ORGANIZADORAS
SABRINA ARAUJO DE SOUSA
ANELISA MOTA GREGOLETI
RAIZA APARECIDA DA SILVA FAVARO

Editora Poisson

Organizadoras
Sabrina Araujo de Sousa
Anelisa Mota Gregoleti
Raiza Aparecida da Silva Favaro

Rastros do passado:

O uso das fontes na escrita da história

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R231
Rastros do passado: o uso das fontes na escrita da história / Organização: Sabrina Araujo de Sousa, Anelisa Mota Gregoleti, Raiza Aparecida da Silva Favaro – Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2025

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-506-9
DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.História 2.Educação I. SOUSA, Sabrina Araujo de II. GREGOLETI, Anelisa Mota III. FAVARO, Raiza Aparecida da Silva IV. Título

CDD-900

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

Organizadoras

Sabrina Araujo de Sousa

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), atualmente cursa o mestrado em História na mesma instituição, com foco em pesquisas relacionadas a História das Ciências.

Anelisa Mota Gregoleti

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), possui mestrado e doutorado em História na mesma instituição. Atualmente realiza pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), dedicando-se a pesquisa na área de História das Ciências da Saúde.

Raiza Aparecida da Silva Favaro

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em História na mesma instituição e atualmente cursa o doutorado sendo pesquisadora na área de História das Ciências da Saúde.

SUMÁRIO

Introdução 07

Sabrina Araujo de Sousa

DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9.CAP.00

Capítulo 1: À mesa com Debret: uma análise da história da alimentação a partir das fontes históricas produzidas por Jean-Baptiste Debret no Rio de Janeiro do século XIX 10

Nathália Moro, Raiza Aparecida da Silva Fávaro, Ana Paula Barco da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9.CAP.01

Capítulo 2: Uma doença amorosamente contagiosa: o século XIX e a patologia do amor 19

Sabrina Araujo de Sousa, Anelisa Mota Gregoleti, Zainab El Haj Hussein

DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9.CAP.02

Capítulo 3: A construção do outro: mulheres canibais e a exploração colonial no imaginário europeu 26

Anelisa Mota Gregoleti, Zainab El Haj Hussein, Christian Fausto Moraes dos Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9.CAP.03

Capítulo 4: A presença luso-brasileira no iluminismo português: a criação da Oficina Calcográfica do Arco do Cego (1799-1801) 35

Ana Paula Barco da Silva, Christian Fausto Moraes dos Santos, Nathália Moro

DOI: 10.36229/978-65-5866-506-9.CAP.04

Conclusão 46

Raiza Aparecida da Silva Favaro

Introdução

A história como campo do conhecimento produz uma variedade de pesquisas em prol da compreensão do passado. O historiador é um agente do tempo responsável pela manutenção clara e objetiva dos conhecimentos, assim, seu principal instrumento de trabalho são as chamadas fontes históricas, recorremos frequentemente a uma variedade de fontes que nos fornecem visões diversificadas dos fatos, cada uma sendo essencial para reconstrução do passado. Esses documentos se dividem em categorias e estilos, podendo ser fontes primárias ou secundárias e variando de documentos oficiais do Estado a resquícios visuais, materiais e orais produzidos pela experiência humana.

As fontes primárias, apresentadas de formas e estilos variados nos capítulos deste livro, se configuram com documentos produzidos no período de análise ou por pessoas diretamente envolvidas nos fatos que estão sendo estudados. São considerados documentos oficiais da história, por evidenciarem os fatos históricos no período em que eles aconteceram, sofrendo interferências contemporâneas ao seu período. Como exemplo de fontes primárias citamos os documentos escritos, como teses médicas defendidas no século XIX, atas, relatórios, pinturas, manuais, dentre outras possibilidades.

As fontes secundárias são definidas como registros criados posteriormente, como trabalhos de historiadores que analisaram documentos primários. Sua utilização quase sempre é suporte para análise do material primário, servindo como apoio para compreensão do contexto estudado. Elas podem ser artigos, biografias, documentários, teses não oficiais, etc. Elas são carregadas de uma pluralidade interpretativa, podendo carregar maiores subjetividades, enquanto as primárias são entendidas pelas autoras e autor deste livro como os resquícios originais do passado. As duas categorias, no entanto, se complementam e fornecem uma maior abrangência dos conhecimentos.

Este livro tem como objetivo explorar o uso de fontes históricas. Buscamos expandir os horizontes dos historiadores para a utilização de fontes primárias em suas pesquisas, demonstrando algumas possibilidades com os diferentes trabalhos apresentados. Ao longo dos capítulos apresentamos diferentes temáticas da história, passeando pelo século XVIII e XIX com temáticas envolvendo História das Ciências Naturais, História da Alimentação e História das Ciências da Saúde. Essas linhas de pesquisa se encontram para elucidar os leitores a respeito das possibilidades de estudo e pesquisa presentes na História, utilizando diferentes fontes históricas.

Das pranchas de Debret aos relatos ritualísticos; de teses médicas à manuais. Os autores deste trabalho se dedicaram à pesquisa de diferentes formas de compreender os aspectos culturais das sociedades humanas. Desta forma, salientamos a importância de, além da apresentação de diferentes fontes, chamar atenção para as diferentes abordagens proporcionadas pela pesquisa histórica. Cada fonte traz consigo desafios e limitações próprias para construção da história, assim, é por meio da exposição de diferentes formas de trabalhar com esses documentos que privilegiamos uma compreensão aprofundada dos eventos que nos precedem.

Na França do século XIX surgiu um movimento chamado positivismo. As ideologias positivistas defendem o uso de fontes escritas como único material para análise histórica. Os historiadores se dedicaram a reconhecer a história como uma ciência exata e positiva, quase como detentora de uma fórmula para o trato com os fatos do passado. Essa teoria foi dominante por boa parte do século e apenas perdeu espaço com o surgimento da Escola dos Annales (1929). Com os Annales, um movimento historiográfico do século XX que ficou conhecido por incorporar métodos das ciências sociais à história, novas formas de se pensar as fontes e documentos entraram em questão.

A escola dos Annales revolucionou as formas de estudar e narrar a história. Os fundadores, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), acreditaram em uma abordagem multidisciplinar e ampla, que ia além dos grandes eventos históricos. A história passa a se atentar também a pequenos acontecimentos, estudando a cultura e os movimentos sociais. Essa ruptura consequentemente abre o leque para o surgimento de novas fontes históricas. O incentivo à interdisciplinaridade promovido pelas Annales tornou possível que áreas como História das Ciências possam existir na atualidade. Desta forma, as fontes e as temáticas escolhidas para compor esse livro fazem jus aos movimentos historiográficos que defendem que a história é composta de diversos temas, diferentes áreas e muitas possibilidades de estudo.

No primeiro capítulo do livro, “A mesa com debret: uma análise da história da alimentação a partir das fontes históricas produzidas por Jean-Baptiste Debret no Rio de Janeiro do século XIX”, as doutorandas em história pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) Nathália Moro e Raiza Aparecida da Silva Favaro, em colaboração com a mestranda Ana Paula Barco, pela mesma universidade, se dedicam a compreensão e análise dos hábitos alimentares no Rio de Janeiro do século XIX. As autoras trabalham com fontes

primárias, sendo as representações visuais e textuais do pintor Jean Baptiste Debret (1768-1848), que esteve no Brasil entre 1816 e 1831. O capítulo demonstra como a riqueza de detalhes do pintor Francês fornecem aparato para uma interpretação histórica da sua viagem para o Brasil, na perspectiva da História da Alimentação. É referência também no trato das imagens como fonte histórica.

O segundo capítulo é de autoria da mestranda Sabrina Araujo de Sousa, da Doutora em história Anelisa Mota Gregoleti e da historiadora Zainab El Haj Hussein. Todas as autoras são formadas e vinculadas a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Neste capítulo intitulado "Uma doença amorosamente contagiosa: o século XIX e a patologia do amor", a fonte primária escolhida é uma tese médica do século XIX. As autoras estudam a história das ciências da saúde por meio da patologia do amor, mais especificamente por um relato médico que abordou, em 1908, a descrição clínica do sentimento amoroso. Atribuindo ao ato de se apaixonar um caráter nocivo para os indivíduos. O capítulo explica a influência da medicina na sociedade Moderna, além da utilização de um documento oficial, como eram consideradas as teses médicas do período, como documento de análise do historiador.

No capítulo seguinte, "A Construção do *Outro*: Mulheres Canibais e a Exploração Colonial no Imaginário Europeu", as historiadoras Anelisa Mota Gregoleti e Zainab El Haj Hussein se reúnem com o Doutor em história das ciências da saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Christian Fausto Moraes dos Santos para discutir a construção do *outro* no imaginário europeu durante a colonização das Américas. A temática se volta para a área de História das Ciências Naturais, utilizando como fonte relatos de viajantes, missionários e cronistas do período imperial. Este capítulo trabalha a construção da imagem de mulheres canibais como figuras monstruosas por parte desses cronistas, com o intuito de atender pautas políticas e religiosas de desvalorização da figura feminina. A discussão enfrenta estereótipos em torno do canibalismo: como ele foi moldado por relatos de grandes navegadores como Colombo, Cabral, Nóbrega e Montaigne e como a prática canibal foi utilizada como argumento colonizatório pela Europa.

As fontes históricas utilizadas para o desenvolvimento deste estudo demonstram como os relatos foram essenciais na descrição dos nativos, especialmente em relação à imagem da mulher indígena, frequentemente associadas a figuras bárbaras. O trabalho também ressalta como o exótivo e o desconhecido foram descritos como pecaminosos, pecadores e selvagem; os europeus descreviam os hábitos e a cultura nativa a partir dos próprios princípios civilizatórios.

Por fim, o quarto capítulo, “A presença luso-brasileira no Iluminismo português: a criação da Oficina Calcográfica do Arco do Cego (1799-1801)”, de autoria do Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos, Nathália Moro e Ana Paula Barco da Silva, discutem a origem da

Oficina Calcográfica Arco do Cego, que surgiu na transição do século XVIII para o século XIX. Através de manuais que abordam temas diversos, como agronomia, medicina, naútica, engenharia, dentre outras, essa instituição financiou propostas para o desenvolvimento científico do período, contribuindo para a disseminação de ideias e projetos científicos para as metrópoles e para as colônias. Tais manuais são utilizados neste estudo como fontes primárias para narrar questões da época e o desenvolvimento dessas áreas de pesquisa, assim como os impactos do movimento na Filosofia Natural.

Este livro é a junção de ideias e projetos historiográficos que se dedicam a compreender a utilização das fontes primárias na pesquisa histórica. A pluralidade de interpretações e os usos dados aos documentos, assim como o trato com as mais diversas perspectivas presentes na disciplina. O papel do historiador é interpretar sua época de estudos, se munindo de materiais que o impeça de cometer anacronismos e equívocos em relação ao passado. Há dificuldades palpáveis em escrever sobre épocas que não vivemos, por isso as fontes primárias são tão essenciais, pois nos auxilia a compreender um período pelos olhos de quem presenciou os fatos históricos.

Capítulo 1

À mesa com Debret: uma análise da história da alimentação a partir das fontes históricas produzidas por Jean-Baptiste Debret no Rio de Janeiro do século XIX

Nathália Moro
Raiza Aparecida da Silva Fávaro
Ana Paula Barco da Silva

Resumo: Neste capítulo, propomos uma análise dos hábitos alimentares no Rio de Janeiro do século XIX a partir das obras de Jean-Baptiste Debret, utilizando suas representações visuais e textuais como fontes históricas. Durante sua permanência no Brasil entre 1816 e 1831, o artista francês documentou com riqueza de detalhes a vida cotidiana carioca, registrando cenas que revelam não apenas o que se consumia, mas também como a alimentação se inseria nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas da época. Nossa abordagem interdisciplinar busca compreender esses hábitos alimentares em seu contexto mais amplo, explorando as interseções entre comida, estrutura social e relações raciais. Ao reconstruir esses cenários, este estudo visa detalhar alimentos e seus modos de preparo, além de iluminar as complexas relações que moldavam a alimentação e refletiam as hierarquias da sociedade oitocentista.

Palavras-chave: Fontes Históricas; História da Alimentação; Rio de Janeiro; Século XIX; Jean-Baptiste Debret.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade oitocentista do Rio de Janeiro se revela como um microcosmo dinâmico de transformações sociais, culturais e econômicas, e é por meio das representações minuciosas de Jean-Baptiste Debret que podemos vislumbrar uma compreensão profunda dos hábitos alimentares que permeavam as residências cariocas da época. Ao longo de seus 15 anos no Brasil, Debret dedicou-se meticulosamente a documentar a vida cotidiana, capturando, por meio de suas obras visuais e textuais, os intricados detalhes dos interiores das casas. Suas criações transcendem a mera ilustração, registrando não apenas os rituais alimentares, mas também os costumes, festividades e o quotidiano tanto dos escravizados quanto de seus senhores, oferecendo uma perspectiva singular de um estrangeiro europeu recém-chegado ao Novo Mundo (Pelegrini; Tutui, 2013, p. 1; 10; Trevisan, 2007, p. 10).

Juntamente com a Missão Artística Francesa, que tinha como propósito promover o ensino das artes no Brasil, Debret chegou ao país em 1816. Apesar de sua estadia inicialmente planejada para ser breve, estendeu-se até 1831. Durante esse período, o artista produziu uma ampla variedade de descrições, esboços e pinturas. Dentre elas, destaca-se sua obra principal: "A viagem pitoresca e histórica ao Brasil" (1834-1839), notável livro publicado após seus 15 anos de permanência no país, que compila muitas de suas obras pictóricas e inclui textos analíticos escritos pelo próprio autor (Bandeira; Lago, 2008, p. 9).

Ao examinarmos as obras de Debret, somos guiados por um labirinto visual que revela as nuances das relações sociais, das práticas culinárias e das dinâmicas econômicas presentes nos lares do Rio de Janeiro do século XIX. Seus registros meticulosos não apenas narram a preparação e o consumo de alimentos, mas também lançam luz sobre as interações entre diferentes estratos sociais, destacando a interconexão entre a alimentação e as estruturas sociais vigentes.

Dessa forma, este estudo visa analisar, através das fontes produzidas por Debret, o que era servido à mesa, bem como os rituais, tradições e desigualdades sociais que moldavam os hábitos alimentares no intricado cenário urbano carioca do século XIX, proporcionando uma apreciação mais rica da vida alimentar na sociedade da época. Ao explorar as condições de vida nas residências mais abastadas, examinaremos o que adornava suas mesas, as práticas de mercado e o comércio de alimentos que sustentavam

esses hábitos. Ao conectar as representações de Debret às complexas relações sociais da época, buscamos não apenas compreender o que estava presente nas mesas, mas também compreender os significados culturais e sociais que permeavam cada refeição.

2. A ALIMENTAÇÃO NAS CASAS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

O início do século XIX testemunhou eventos históricos significativos que desencadearam transformações profundas nas principais cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, a chegada da Corte portuguesa em 1808 e a subsequente abertura dos portos, permitindo a entrada facilitada de produtos ingleses e franceses no território brasileiro, desencadearam alterações drásticas na paisagem oitocentista. Essas mudanças foram uma resposta direta às demandas da Corte, que buscava replicar o estilo de vida português em terras brasileiras, resultando em medidas imediatas para atender a essas novas necessidades (Aragão, 2009, p. 138; Domingues, 2018, p. 43).

Esse contexto de transição histórica não apenas delineou as bases para o desenvolvimento urbano, mas também exerceu um impacto significativo nos hábitos cotidianos, especialmente no que diz respeito à alimentação. A influência direta da Corte portuguesa na introdução de novos produtos e práticas alimentares, aliada à entrada maciça de mercadorias estrangeiras, proporcionou grandes mudanças nos sabores e nas preferências alimentares cariocas. Em resumo, essas alterações históricas moldaram não apenas a paisagem material, mas também o paladar e as escolhas alimentares da sociedade carioca, oferecendo uma perspectiva única sobre a interseção entre eventos históricos e hábitos alimentares no início do século XIX.

Com a chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro em 1816, iniciou-se um período de significativas transformações na estética e arquitetura da cidade. Liderada por Joachim Lebreton e apoiada por D. João VI, a expedição, que incluía o artista Jean-Baptiste Debret, tinha como objetivo não apenas registrar a família real em pinturas, mas também promover o desenvolvimento das Belas Artes no Brasil. Segundo Debret (1985, p. 6), seu "hábito da observação, natural em um pintor de história," o levou a aprender espontaneamente características dos objetos ao seu redor, resultando em esboços que reproduzem cenas nacionais e familiares do povo brasileiro.

Como membro integrante da expedição, Debret permaneceu no Brasil por 15 anos, produzindo obras notáveis como "A viagem pitoresca e histórica ao Brasil" (1834-1839), que apresentou 153 aquarelas e textos detalhados sobre sua experiência. Suas pinturas tornaram-se emblemáticas ao retratar o cotidiano da vida carioca no século XIX, destacando os hábitos cotidianos dos brasileiros após a chegada da família real e a Independência em 1822 (Oliveira; Cury, 2011, p. 159). A alimentação, vital para a existência humana, foi um tema constante em suas obras, abrangendo desde cenas em casas mais ricas até a vida urbana, incluindo os vendedores ambulantes.

Produzida no ano de 1827, a famosa obra "Um jantar brasileiro" de Debret retrata os hábitos alimentares e costumes que caracterizavam a elite da sociedade brasileira no século XIX. Esta aquarela (figura 1) nos transporta para o cenário refinado de um casal abastado, posicionado à cabeceira de uma mesa elegantemente preparada para uma refeição suntuosa (Debret,1985, p. 6).

A riqueza de detalhes capturada por Debret revela a sofisticação presente nesse momento social. Uma toalha de linho branco, adornada com rendas meticulosas, cobre a mesa, sobre a qual repousam finos cristais, porcelanas, garrafas de vinho, frutas frescas, suculentas peças de carne, e uma variedade de outros itens que compõem esse festim. É interessante observar que, mesmo entre a elite, a prática de utilizar utensílios de mesa era pouco comum na colônia até a chegada da Corte portuguesa, destacando assim a influência das mudanças culturais que se instauravam na época (Domingues, 2016).

A representação não se limita à exibição da opulência da mesa, mas também revela a dinâmica social da época. A presença de pessoas escravizadas em papéis servis é evidente: uma delas afasta as moscas incômodas, enquanto outras duas permanecem prontas para atender aos desejos de seus senhores. A sombra indicativa da presença de um escravizado próximo à porta também confirma o papel dessas pessoas na execução das tarefas cotidianas. É crucial notar o tom crítico que Debret emprega ao capturar a cena. O gesto da senhora alimentando duas crianças negras, retratando-as como animais de estimação, lança luz sobre as relações de poder e o tratamento dispensado aos escravizados.

Figura 1 - Jean-Baptiste Debret. **Um jantar brasileiro, 1827**. Aquarela sobre papel, 16 x 22 cm.

Fonte: Debret, 1985, p. 172.

Escolhida como uma das aquarelas para compor "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil", a obra "Um jantar brasileiro" (figura 1) acompanha uma descrição detalhada de Debret (1985, p. 172). De acordo com o pintor,

> Subordinada às exigências da vida, a hora do jantar variava, no Rio de Janeiro, de acordo com a profissão do dono da casa. O empregado jantava às duas horas, depois da saída do escritório; o negociante inglês deixava a sua loja na cidade ali pelas cinco horas da tarde, para não mais voltar; montava a cavalo e, chegando à sua residência num dos arrabaldes mais arejados da cidade, jantava às seis horas da tarde. O brasileiro de outrora sempre jantou ao meio-dia e o negociante, hoje, à uma hora.

Interessante notarmos que o termo “jantar” era utilizado com um significado diferente do que estamos acostumados. Atualmente, empregamos a palavra para nos referirmos às refeições realizadas no período noturno. Entretanto, nos anos oitocentistas, “jantar” era o termo usado para se referir a principal e maior refeição do dia que acontecia, geralmente, por volta do meio-dia em diante (El-Kareh; Bruit, 2004, p. 92).

No século XIX, quatro refeições distintas eram uma prática generalizada. A primeira delas ocorria logo após despertar e consistia no “almoço”. Em seguida, vinha o “jantar”, programado para ocorrer entre o meio-dia e as 2 horas da tarde. A “merenda” era apreciada no meio da tarde, seguida, por fim, da ceia, que acontecia após as 9 horas da noite. Essa estrutura de refeições esclarece que o título "Um jantar brasileiro" na aquarela de Debret, na verdade, correspondia ao nosso almoço dos dias de hoje (Domingues, 2016).

Depois da refeição principal, os proprietários praticavam a sesta por um período de duas ou três horas. Vestidos de maneira descontraída, utilizando roupas folgadas, calções curtos e descalços, entregavam-se ao repouso até o anoitecer. Somente nesse momento, erguiam-se, realizavam a higiene pessoal para receber visitas ou sair para um passeio (Domingues, 2016).

A aquarela 8 do livro de Debret, intitulada “Passatempo dos ricos depois do jantar” (figura 2), captura de maneira intrigante o momento de descanso dos senhores mais abastados. Nesse cenário idílico, os protagonistas desfrutam do momento após a refeição, encontrando alívio nas varandas, espaços arquitetônicos que, de acordo com a observação do artista, desempenhavam um papel crucial na vida cotidiana do brasileiro da época. Debret, ao salientar que “é muito natural” a adoção de varandas devido à intensidade do calor tropical, oferece uma visão sobre a adaptação arquitetônica às condições climáticas adversas, destacando como, mesmo nas habitações mais modestas, esse elemento era uma presença comum e essencial (Debret, 1985, p. 177).

A análise de Debret não se restringe apenas à arquitetura, mas se estende aos hábitos cotidianos, evidenciados na composição da prancha. O artista apresenta uma visão detalhada do ambiente pós-refeição, onde os senhores, imersos na atmosfera descontraída das varandas, buscam alívio do calor abrasador. No canto direito da aquarela, a presença de água fresca atesta a importância dessa fonte para aplacar o calor tropical e proporcionar um momento de prazer e bem-estar.

Ao abraçar o descanso pós-jantar como um "passatempo", Debret destaca a importância da socialização e do lazer na rotina desses senhores, proporcionando uma visão mais ampla da vida social e do cotidiano desse estrato privilegiado da sociedade oitocentista. A prancha, assim, torna-se um testemunho visual da interação entre o ambiente físico, as condições climáticas e as práticas culturais, conferindo uma riqueza de detalhes que transcende o simples registro visual e adentra as complexidades da vida diária da época.

Figura 2 - Jean-Baptiste Debret. **"Passatempo dos ricos depois do jantar" ou "Uma tarde de verão", 1826**. Aquarela sobre papel, 15 x 21 cm.

Fonte: Debret, 1985, p. 177.

Embora as representações anteriormente mencionadas ofereçam um vislumbre detalhado da parcela mais abastada da sociedade brasileira oitocentista, é fundamental destacar que os senhores ricos não foram os únicos a terem seus hábitos alimentares imortalizados por Debret. Durante sua estada no Brasil, o artista francês foi além das esferas privilegiadas e dirigiu sua atenção sensível para a realidade da pobreza e a

escassez alimentar que assolava grande parte da população naquele período crucial da história. Um exemplo significativo disso é evidenciado na obra intitulada “Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água” (figura 3), datada de 1827.

Nesta composição, Debret nos apresenta as camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira. A cena retratada é comovente e reveladora, destacando não apenas as condições adversas de vida, mas também a resiliência e a solidariedade presentes em meio à adversidade. A escolha do artista em documentar a árdua tarefa de uma família pobre recolhendo o fruto do trabalho de uma negra idosa, que carrega água, é emblemática (Debret, 1985, p. 275).

Figura 3 - Jean-Baptiste Debret. **Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água, 1827.** Aquarela sobre papel, 16 x 22 cm.

Fonte: Debret, 1985, p. 275.

A prancha em questão apresenta o interior de uma casa pobre da cidade, composta por poucos móveis e habitada por 3 mulheres, duas brancas e uma negra. Essa última tratava-se de uma escravizada que era obrigada a trabalhar como carregadora de água, entregando as suas senhoras todo o dinheiro ganhado no dia. Justamente por conta dessa dinâmica, esses escravizados costumavam ser denominados como “escravos de ganho”, já que eram usados por seus senhores como uma forma de aumentar suas rendas. Além de entregar as moedas, na aquarela, a mulher escravizada também traz uma penca de bananas dentro de um barril que, provavelmente, serviria de refeição às moradoras da casa (Domingues, 2016).

Ao incorporar essas imagens menos privilegiadas em seu repertório, Debret ampliou o escopo de sua obra, contribuindo para um registro histórico mais abrangente e fiel. Sua sensibilidade artística transcende as fronteiras da classe, oferecendo-nos um olhar compreensivo sobre a diversidade de experiências vividas no contexto da sociedade brasileira do século XIX. Essa abordagem multifacetada de Debret contribui para uma compreensão mais completa e sensível das dinâmicas sociais e alimentares da época.

3. CONCLUSÃO

Em suma, é possível afirmar que, no contexto efervescente do Rio de Janeiro no século XIX, as representações detalhadas de Jean-Baptiste Debret oferecem um mergulho intrigante nas complexidades sociais, culturais e econômicas da época, com foco particular nos hábitos alimentares que moldavam as residências cariocas. Ao longo dos 15 anos que passou no Brasil, Debret dedicou-se a capturar não apenas a estética, mas a essência da vida cotidiana, proporcionando-nos uma visão única de uma era em transformação.

"A viagem pitoresca e histórica ao Brasil" de Jean-Baptiste Debret se destaca como fonte histórica oitocentista. Seu trabalho, ao registrar minuciosamente a vida cotidiana no Rio de Janeiro do século XIX, oferece uma compilação rica e densa de obras que transcendem o simples ato de ilustrar. Nesse contexto, a alimentação surge como um fio condutor essencial, compreendendo os hábitos à mesa, os nuances das transformações sociais e os eventos históricos que marcaram essa época efervescente.

As representações alimentares nas obras de Debret não se limitam a retratar cardápios ou banquetes extravagantes, mas servem para compreender as metamorfoses culturais e sociais que permeavam a sociedade carioca. O alimento, nesse contexto, torna-

se um meio através do qual se pode decifrar as complexidades de uma era em constante transformação. A presença marcante da alimentação nas obras de Debret não apenas documenta os prazeres e rituais à mesa, mas revela-se como um indicador sensível das mudanças nas relações sociais, nas estruturas econômicas e nos eventos históricos que moldaram a identidade do Rio de Janeiro oitocentista.

Conectar as representações de Debret às tramas sociais da época não é apenas desvendar o que estava sobre as mesas, mas compreender os significados culturais e sociais entrelaçados em cada refeição. Essa abordagem oferece uma visão profunda não apenas das escolhas alimentares individuais, mas também das transformações mais amplas que ecoavam nas práticas culinárias do Rio de Janeiro oitocentista.

Em meio à análise das obras de Jean-Baptiste Debret, é imperativo reconhecer que as representações artísticas são, por natureza, recortes da realidade, moldadas pelas escolhas e perspectivas do artista. Dentro desse contexto, a minuciosa representação da alimentação nas obras de Debret nos impulsiona a questionar sua relevância e significado. Por que o artista dedicou tanto cuidado e atenção à temática alimentar? Que mensagens essas representações alimentares transmitem sobre a sociedade carioca do século XIX? Estas indagações não apenas enriquecem nossa apreciação das obras, mas também orientam nossa pesquisa, promovendo uma compreensão mais profunda do papel significativo da comida nas pinturas de Debret e seu reflexo na sociedade da época.

Ao indagar sobre a importância atribuída à alimentação por Debret, estamos, na verdade, buscando desvendar os significados subjacentes às escolhas artísticas do pintor. A comida, além de ser uma necessidade básica, pode servir como uma lente através da qual observamos as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de uma sociedade. Portanto, ao analisar a atenção cuidadosa de Debret à alimentação nas ruas do Rio de Janeiro, podemos desvendar narrativas mais profundas sobre o quotidiano, as relações sociais e as mudanças culturais que marcaram a sociedade carioca do século XIX.

Essas indagações enriquecem o escopo da nossa investigação, mas também destacam a importância de contextualizar as representações artísticas dentro de um panorama mais amplo. Assim, ao avançarmos nesta pesquisa, estaremos não apenas decifrando a estética de Debret, mas também desvelando camadas mais profundas de significado que se escondem por trás de suas representações alimentares, contribuindo para uma compreensão mais profunda da sociedade carioca do século XIX.

FONTES HISTÓRICAS

[1] DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. vol. 1. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

[2] DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. vol. 2. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

REFERÊNCIAS

[1] ARAGÃO, Solange de. A cidade brasileira na pintura dos viajantes e na fotografia do século XIX. **V Encontro de História da Arte – IFCH/ UNICAMP**, Rio de Janeiro, p. 137-143, 2009.

[2] BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. Capivara, 2008.

[3] DOMINGUES, Bruno Willian Brandão. **A cidade das aquarelas:** o Rio de Janeiro nos registros de Jean-Baptiste Debret. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

[4] DOMINGUES, Joelza Ester. Debret e os hábitos alimentares na Corte brasileira. **Ensinar História,** 14 out. 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/debret-e-os-habitos-alimentares-na-corte-brasileira/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

[5] EL-KAREH, Almir Chaiban; BRUIT, Héctor Hernán. Cozinhar e comer; em casa e na rua: culinária e gastronomia na Corte do Império do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, jan.-jun. 2004, p. 76-96.

[6] OLIVEIRA, Carla Mary S.; CURY, Cláudia Endler. Lazer e leitura nas imagens de Debret: o cotidiano do Brasil oitocentista pelo olhar de um neoclássico. **Portuguese Studies Review**, v. 18, n. 1, p. 151-177, 2011.

[7] PELEGRINI, Sandra C. A.; TUTUI, Mariane Pimentel. Nas aquarelas de Debret. In: **VI Congresso Internacional de História**. Maringá, 2013.

[8] TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. **Plural**, n. 14, p. 9-32, 2007.

Capítulo 2

Uma doença amorosamente contagiosa: o século XIX e a patologia do amor

Sabrina Araujo de Sousa
Anelisa Mota Gregoleti
Zainab El Haj Hussein

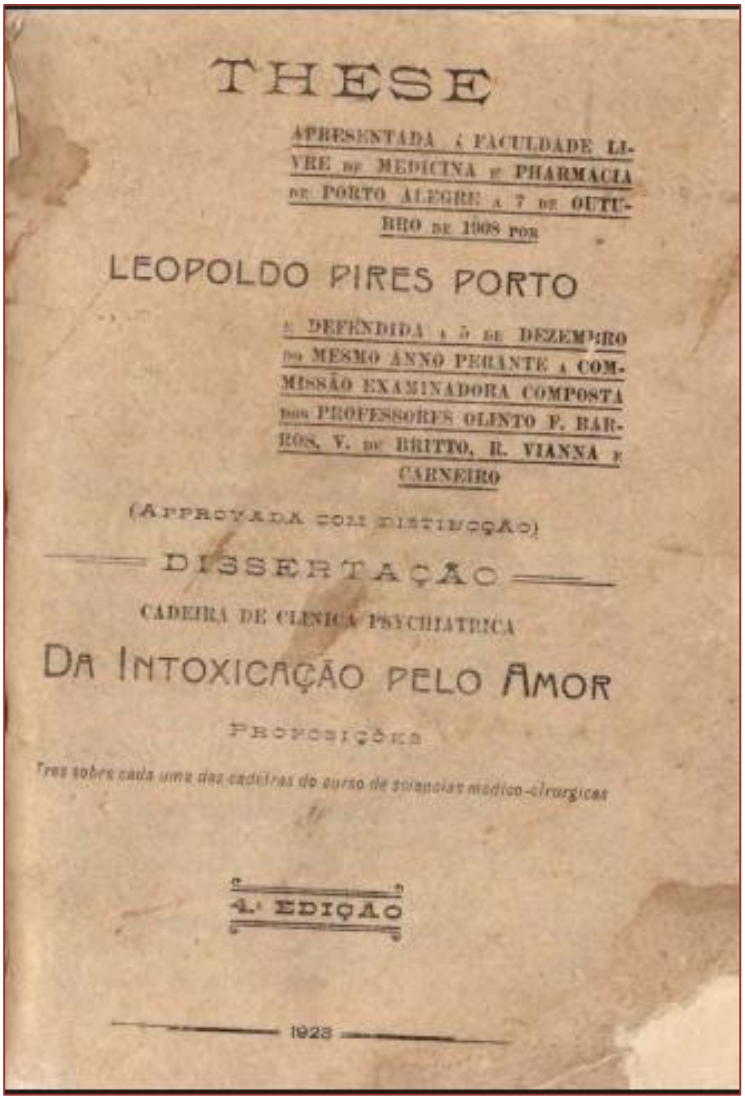
Resumo: Durante o século XIX houve um considerável aumento na produção médico-acadêmica, a análise desses trabalhos indicam uma predileção dos profissionais em estudar e discutir a sexualidade e o corpo, em especial da mulher. O principal objetivo das teses era comprovar a inferioridade feminina a partir da fisiologia e estudo dos órgãos reprodutivos femininos. Os médicos do período eram considerados agentes da higienização, responsáveis pelo controle da saúde e da moral social e determinadores das normas de conduta a partir da patologização dos corpos. Contemporâneo a esse contexto, o médico Leopoldo Pires Porto defendeu sua tese Da intoxicação pelo amor (1908), apresenta o amor como uma doença com diferentes manifestações em homens e mulheres. A descrição da patologia oferecida por Porto (1908) é utilizada neste trabalho como fonte para compreender a percepção científica do século XIX acerca do corpo feminino. Abordamos também como as doenças foram consideradas fatores determinantes nas relações sociais do período.

Palavras-chave: História da Saúde; Gênero; Sexualidade; Século

1. INTRODUÇÃO

A ciência médica que se desenvolveu no final do século XVIII e início do século XIX é carregada de pressupostos clínicos e morais. Os médicos tornaram-se referências para higienização da sociedade, atrelando questões da saúde pública com normas de convivência. Neste contexto, foram produzidas teses médicas nas faculdades de medicina de todo o país; trabalhos defendidos por doutores que chegavam a população leiga como manuais de conduta. As teses discutiram assuntos relacionados a doenças, combate das novas patologias e principalmente o corpo feminino e sua sexualidade considerada degenerada.

Figura 4- Leopoldo Pires Porto - Da intoxicacao pelo amor - 1923.


THESE

APRESENTADA Á FACULDADE LIVRE DE MEDICINA E PHARMACIA DE PORTO ALEGRE A 7 DE OUTUBRO DE 1908 POR

LEOPOLDO PIRES PORTO

E DEFENDIDA A 5 DE DEZEMBRO DO MESMO ANNO PERANTE A COMMISSÃO EXAMINADORA COMPOSTA DOS PROFESSORES OLINTO F. BARROS, V. DE BRITTO, R. VIANNA E CARNEIRO

(APPROVADA COM DISTINCÇÃO)

DISSERTAÇÃO

CADEIRA DE CLINICA PSYCHIATRICA

DA INTOXICAÇÃO PELO AMOR

PROPOSIÇÕES

Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de sciencias medico-cirurgicas

4.ª EDIÇÃO

1923

Entre as obras publicadas no período temos a fonte desta pesquisa: Da intoxicação pelo amor, trabalho do médico Leopoldo Pires Porto, defendido na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul em 1908. Em seu trabalho Pires Porto expõe, por meio de análises clínicas e científicas, o amor como uma patologia nervosa, além da atuação da intoxicação do amor na sociedade e os impactos do sentimento como uma doença psíquica. De acordo com o autor, o amor tóxico deveria ser uma preocupação da comunidade médica por influenciar os intoxicados a ações neuróticas que os levam a loucura ou até mesmo a morte.

Entre os inúmeros exemplos abordados pelo autor na fonte, identificamos distinções das manifestações da doença de acordo com o sexo do indivíduo, percebendo que a questão não abordou apenas a saúde pública, mas como a sexualidade influenciou a história das ciências da saúde na classificação das doenças, especialmente no amor doente. Assim, apresentamos neste trabalho aspectos da ciência médica em ascensão do século XIX e como ela encontrou na diferenciação dos sexos argumentos para inferiorizar a figura feminina e condicioná-la ao lar, cumprindo o papel de mãe e esposa. Para analisar o amor tóxico utilizamos fontes do período, além da fonte principal, que nos ajudam a compreender o discurso que imperou na comunidade científica. As discussões propostas sugerem a reflexão sobre a influência do sexo na história das ciências da saúde e como questões sociais foram determinantes na classificação das doenças e do corpo em um período de grande influência médica.

2. UMA NOVA MEDICINA

Ao final do século XVIII os paradigmas médicos e morais sofreram uma ruptura. Isso se deve ao fato de que a ciência médica passou por diversas transformações importantes que delinearam a formação de uma nova sociedade; baseando-se em uma medicina regulamentadora e produtora de normas e condutas sociais.

Anterior a este período os médicos, barbeiros, parteiras e demais agentes de cura eram regidos pelos pressupostos da medicina hipocrático-galênica; um paradigma baseado nos quatro humores corporais (sangue, fleuma, bílis-negra e bílis amarela), como explica a autora Tania Andrade Lima (1996). A ciência acreditava que se o corpo estivesse em harmonia com os quatro humores então este seria um corpo saudável. Os fluídos excretados pelos indivíduos eram parâmetros para as análises médicas. Desta forma, os

tratamentos, as medidas profiláticas e os sintomas eram baseados nos excrementos corporais e o próprio conceito de doença era estabelecido sem uma análise anatômica ou padronizada.

O filósofo Michel Foucault (1998) discute sobre o início do século XIX e o surgimento, na Europa, de uma disciplina de padronização dos estudos médicos: anatomoclínica. Tal disciplina ganhou espaço quando os médicos, que ao adquirirem maior contato com anatomia dos corpos e observando melhor os sintomas das doenças, perceberam que os argumentos humorais não definiam de forma satisfatória as razões que levavam os sujeitos a ficarem doentes. Com o nascimento da clínica, explica Foucault (1998) os médicos passam a observar de forma rigorosa as manifestações apresentadas pelos doentes, ou seja, os sintomas. A partir desses estudos os profissionais notam que a mesma doença, mesmo que em pacientes diferentes, apresentam as mesmas manifestações. Essa observação próxima não era uma prática comum para os médicos dos humores, pois eles se detinham a uma análise da doença de forma individual e superficial, enquanto os novos pressupostos passam a indicar uma verdadeira catalogação das diferentes doenças que podem afetar o corpo humano. A nova medicina é baseada em um conhecimento experimental e se sobrepôs aos humores (Lindemann, 2022, p.66)

O nascimento da Clínica foi proporcionado por diversos fatores políticos, econômicos e sociais. Todos alinhados culminaram em um novo olhar da ciência para o corpo humano. Em relação aos impactos trazidos pela economia, destacamos, a partir do livro da Historiadora Silvia Federici (2017), a ascensão da doutrina Capitalista e como a valorização do trabalho nesse sistema introduziu novas formas de pensar e discutir o corpo e o sexo. De acordo com a autora, a valorização do trabalho no sistema capitalista fomentou a importância da mão de obra, assim, o corpo dos trabalhadores passou a ser importante para o Estado por uma questão econômica. Neste processo, o Estado tem como aliado a Medicina, que também está fundamentando suas novas bases e se padronizando como uma Instituição de poder. Aliadas, Medicina e Estado se empenharam para controlar o corpo em função do trabalho. Federici (2017) aponta o corpo do homem como um bem a ser preservado, pois a força e o manejo das fábricas são a ele atribuído. Em relação ao corpo feminino, o Estado buscou controlar a reprodução; a mulher passa a ser enxergada como a responsável por produzir mais mão de obra.

A discussão feita por Federici (2017) é também apontada por Michel Foucault em seu livro *História da Sexualidade I- Vontade de saber* (1998). Neste trabalho o autor afirma que é no final do século XVIII que a sexualidade é colocada como ponto crucial de controle. Com a reprodução sendo de importância para a dinâmica do trabalho, é preciso corrigir, controlar e assegurar sua apropriação pelo Estado. A medicina se insere como regulamentadora das práticas em torno da reprodução, afirmando que a prática sexual é uma questão higiênica. A medicina moderna, após se desprender da maioria dos preceitos humorais, se empenha não apenas na definição de doenças, mas também na regulamentação da moral.

O século XIX é consolidado com uma ciência médica que se empenha na higiene do corpo social e o principal foco da higienização é o corpo, não apenas biológico, mas também as práticas culturais e morais. A autora Fabíola Rohden (2001) explica que a partir do novo fogo higiênico em relação as funções sociais exercidas por homens e mulheres na sociedade se consolida uma ciência baseada nas diferenças entre os sexos. Mas para controlar o sexo antes foi preciso reinventá-lo.

Até o século XVIII, existia um modelo que Thomas Laqueur (2001) chamou de "sexo único". Esse modelo sugeria que os corpos masculinos e femininos não eram vistos como radicalmente diferentes, mas como variações de um mesmo tipo de corpo sexual. Nesta perspectiva os órgãos sexuais femininos eram variações menos perfeitas dos masculinos; a vagina seria apenas um pênis interno e assim por diante, com cada parte da mulher possuindo um correspondente no homem, porém menos desenvolvido e inferior. As diferenças entre os sexos se tornaram politicamente importantes no século XIX (Laqueur, 2001, p.21), de acordo com Laqueur “os médicos não aceitavam a explicação de que os órgãos femininos eram iguais aos do homem só que menos perfeitos. A mulher é mulher.” (p.189). Ser mulher, neste momento para a medicina, significava ser detentora de uma natureza altamente patológica, digna de figurar a maioria das teses e manuais do período.

Fabíola Rohden (2001) menciona, como um dos muitos impactos desse processo de institucionalização, a criação da ginecologia. Ciência voltada exclusivamente para o corpo feminino. Criada no século XIX como mecanismo de catalogação do corpo feminino, a ginecologia não buscou a compreensão e sim o controle, analisando especificamente quais aspectos da mulher se diferenciavam dos masculinos e configuravam sua natureza

patológica.

Inseridos nesse contexto, os médicos ganham notoriedade e prestígio com a ascensão da Medicina como uma Instituição influente. Eles passam a condição de amigos das famílias, certos de deter um dever civilizatório para com a sociedade (Costa, 1999). Embrenhados na missão higiênica, os médicos detinham preceitos morais na definição das patologias, como mencionado. Neste período os conceitos de saúde e doença são definidos também a partir da conduta social. Desta forma, os médicos se dedicaram a publicar trabalhos voltados para a higienização de diversas práticas cotidianas, como o casamento, as leituras, o comportamento das moças, etc.

Esses trabalhos eram em uma grande maioria acadêmicos. As teses médicas eram obrigatórias para obtenção do título de doutor em medicina. Fabíola Rohden (2001) afirma que essas teses eram publicadas muitas vezes como manuais de conduta e eram tidos pela comunidade científica e leiga como documentos essenciais. De acordo com Rohden, os trabalhos dos doutores eram defendidos em instituições de reprodução profissional (as Faculdades de Medicina), representando o que poderia existir de mais oficial do pensamento médico (p.96).

Assim, compreendemos o contexto e a importância das teses médicas do século XIX. É necessário ressaltar que os temas desses documentos eram principalmente doenças relacionadas ao comportamento feminino, demostrando os impactos do movimento de diferenciação dos sexos citado anteriormente. Entretanto, diversas patologias foram apresentadas como perigosas também para os homens, como é o caso do amor tóxico, presente na tese médica *Da intoxicação pelo amor*, por Doutor Leopoldo Pires Porto. A tese de Porto se faz referência neste trabalho por evidenciar, como outros trabalhos do período, os debates travados por uma comunidade com um objetivo esclarecido: a comprovação da inferioridade feminina e do caráter patológico derivado da natureza da mulher.

Ao definir o amor como uma doença, Pires Porto não aborda apenas os sintomas do infectado, mas também as causas, os possíveis tratamentos e uma série de exemplos que especificam o que ele considera ser uma intoxicação pelo amor. É por meio desses exemplos que analisamos o amor patológico e o discurso sexual presente no século XIX neste trabalho.

3. FALANDO SOBRE A INTOXICAÇÃO

Defendida em Porto Alegre no ano de 1908, *Da intoxicação pelo amor* é uma referência histórica por refletir os pressupostos científicos e morais do período em que foi escrita. O contexto da medicina do início do século XIX permeia também o início do século XX. A medicina clínica que se consolidou durante o século culminou em outras vertentes científicas para análise e tratamento das doenças; entre elas a psiquiatria. Michel Foucault discute o início da psiquiatria como uma necessidade médica em definir a loucura (e todas as outras doenças mentais) como patologias que precisam de tratamento tanto quanto as disfunções orgânicas.

É a partir desses debates psiquiátricos que Leopoldo Pires Porto (1923)[1] define o amor como uma doença mental, proveniente do sistema nervoso. De acordo com o autor, a intoxicação pelo amor deve ser um tema presente nas discussões médicas, pois essa patologia é responsável pelo enfraquecimento das faculdades mentais e da perda da razão. Para Pires Porto, o amor doente é uma condição tão perigosa quanto qualquer outra doença que possa vir a atingir os sujeitos. Pode levar a loucura, ou até mesmo a morte; em casos extremos apenas o internamento em hospício é a solução.

Em meio a definição da etiologia, sintomatologia e tratamentos para a doença do amor, Pires Porto (1923) exemplifica alguns casos considerados por ele importantes das manifestações da intoxicação. Os casos são, em sua maioria, exemplos clínicos de médicos franceses, outros foram retirados de obras literárias e alguns, em menor quantidade, não tem sua origem especificada. Ao analisarmos os exemplos dispostos encontramos diferentes manifestações do amor doente em homens e mulheres.

De acordo com a tese, um dos principais fatores que fomentam a doença do amor nos sujeitos é a hereditariedade. Os ascendentes podem ser responsáveis pelo caráter patológico dos descendentes. As teorias envolvendo a hereditariedade como causa das doenças é comum em teses médicas do século XIX; para o amor, a predisposição dos homens para a paixão deriva da presença de mulheres histéricas, loucas, ninfomaníacas ou imbecis presentes na família. Assim, justifica-se as loucuras masculinas promovidas pela paixão. Apresentamos aqui dois casos clínicos retirados da obra.

[1] Utilizamos como referência a quarta edição da tese, de 1923, a primeira publicação, no entanto, é de 1908; ano em que a tese foi defendida na Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

O autor descreve R, a quem não dispõe o nome completo. Intoxicado pelo amor, R é homem, é descrito como alguém desordenado, arrogante e ambicioso; com um caráter variável, que oscila entre a alegria e a depressão. Segundo Pires Porto (1923), R entrou para a carreira do drama mesmo contra os conselhos da família. O homem percorreu a Europa e a América do Sul representado comédias e cometendo loucuras, entre elas a principal foi casar-se com sua professora (uma dançarina profissional). O amor doente neste homem se manifesta pela submissão a sua esposa; ele frequentemente deixava ser dominado, revelando sua fraqueza mental. O estado desse homem é explicado por sua árvore genealógica:

> Ora, remontando a sua hereditariedade, encontramo-la pesadamente carregada como sempre. Sua mãe era uma neuropática devota e colérica. (...) de duas irmãs uma é débil, devota e perdulária, outra excêntrica e desordenada. (...) o desequilíbrio funcional que vai pela história pregressa do apaixonado de amor, como o estado patológico de sua árvore genealógica.[2]

Pires Porto atribui argumentos para ações cometidas por homens intoxicados pelo amor. As referências à ascendência é uma das muitas causas do amor doente, mas é mais comum nos homens. O autor discute também como as características femininas são fortes influências no desenvolvimento da doença mental, não apenas por mulheres serem feitas naturalmente para atrair e excitar os homens, mas também pela condição mais aflorada na sexualidade masculina, afirma Pires Porto. Magali Engel (2004) explica como a medicina do século XIX atribuiu aos homens um desejo sexual incontrolável, sendo necessária a regulamentação da prostituição pública para aplacar as vontades masculinas; assim as moças, que deveriam ser manter castas, poderiam guardar o ato sexual para ser praticado apenas dentro do casamento, seguindo os métodos higiênicos indicados para manutenção da saúde.

Segundo Pires Porto, “um olhar irresistível, a curva caprichosa e traiçoeira de um colo...” (p.68) podem ser causas predisponentes para desenvolvimento do amor patológico. Esse contato inicial com o objeto de desejo incita o desenvolvimento de graus

[2] Atualizamos a gramática da fonte médica para a atualidade com objetivo de facilitar e dinamizar a leitura dos trechos. O sentindo das frases não são alterados.

mais alarmantes da patologia, que podem se alastrar por todo o intoxicado.

A fim de compararmos as manifestações do amor patológico, apresentamos também um caso clínico descrito na fonte de uma mulher intoxicada pelo amor. O da jovem Guilhermina, uma moça descrita como bela, alegre e cheia de encantos. A tese afirma que muitos homens haviam galanteado e tentado chamar a atenção da moça, mas ela nunca caiu de amores por ninguém; até a fatídica noite em que dançou poucos minutos com o guarda real. Por esse homem, Guilhermina se apaixonou de forma tão violenta que não poderia ser considerada uma paixão saudável. Aos poucos, após ser afastada do amado, a moça definhou e morreu. Mais uma vítima do amor patológico. O homem, afirma Pires Porto (1923), não possuía sequer o interesse em cortejá-la, vivia entre meretrizes e tudo que fez foi dançar bem e ser gentil.

4. CONCLUSÃO

Os exemplos dispostos corroboram para a interpretação dos sexos diante da intoxicação. Os homens citados na tese médica são em grande maioria os mais infectados e frequentemente predispostos as manifestações excessivas das paixões; as mulheres, porém, mesmo sendo apresentadas em menor quantidade como intoxicadas, detém um caráter nocivo derivado da própria natureza feminina, o que influenciou descrições mais degeneradas e nocivas no caso das moças.

É interessante notar a culpabilização da mulher em casos que o homem comete crimes passionais ou se envolve em loucuras amorosas, como abandonar a família por uma amante pervertida. Essas considerações constatamos a partir da análise dos exemplos de amor tóxico na tese de Leopoldo Pires Porto são importantes por demonstrarem como a medicina moderna se institucionalizou durante o século XIX e início do século XX, tornando-se forte influência não apenas para a ciência da época, mas também responsável por definir camadas culturais e preceitos morais em prol da higienização social.

Este trabalho tem como objetivo ressaltar tais transformações na História das Ciências da Saúde, compreendendo raízes históricas em torno das discussões entre sexo e gênero. São históricas as influências morais que norteiam os preceitos da contemporaneidade. Atualmente apresentamos o conceito de gênero, no século XIX, no

entanto, é o sexo que vigora todos os discursos; ele é controlado, corrigido e diferenciado, cada a nós historiadores e pesquisadores compreende-lo.

REFERÊNCIAS

[1] FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

[2] FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

[3] FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

[4] FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 5. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

[5] ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

[6] COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

[7] LINDEMANN, Mary. **Medicina e sociedade no início da Europa Moderna: novas abordagens da História Europeia**. Replicação, 2022.

[8] LIMA, Tania Andrade. **Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX**. História, Ciências, Saúde—Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 2, p. 44-96, 1996.

[9] ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

[10] PORTO, Leopoldo Pires. **Da intoxicação pelo amor**. Tese (Doutorado em Medicina)—Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Porto Alegre, Pelotas, 1923. 4. ed.

Capítulo 3

A construção do outro: mulheres canibais e a exploração colonial no imaginário europeu

Anelisa Mota Gregoleti
Zainab El Haj Hussein
Christian Fausto Moraes dos Santos

Resumo: A construção do outro no imaginário europeu durante a colonização das Américas envolveu uma série de representações distorcidas, muitas vezes fundamentadas em estereótipos grotescos e alegorias que justificavam a exploração e subordinação de povos indígenas. Entre as imagens mais pervasivas e aterradoras criadas pelos colonizadores europeus estava a figura das mulheres canibais do território da América portuguesa, que simbolizavam uma suposta barbárie e uma natureza selvagem e irracional. Esses relatos, originados principalmente nas narrativas de viajantes, missionários e cronistas do período colonial, serviram como ferramentas para justificar não apenas a conquista territorial, mas também a desumanização e escravização dos nativos. Ao mesmo tempo, a construção dessas figuras femininas monstruosas se entrelaçou com a misoginia, o medo do "desconhecido" e os conflitos religiosos da época, criando uma narrativa que distorcia as realidades culturais dos povos indígenas.

Palavras-chaves: Canibalismo; século XVI; mulheres; América portuguesa.

1. INTRODUÇÃO

O estudo dessa construção do *outro* revela como, ao longo do tempo, as imagens das mulheres canibais foram moldadas e distorcidas para atender a diferentes agendas políticas e religiosas, desde a demonização de práticas culturais até a defesa da missão de civilizar os "selvagens". Através de figuras como Colombo, Cabral, Nóbrega, Montaigne, e outros autores, o canibalismo se tornou um símbolo não apenas de uma alegada falta de civilidade, mas também de um reflexo da barbaridade do próprio colonizador. Esta análise busca explorar como as representações dessas mulheres canibais, enquanto ícones de uma alteridade radical, refletem os complexos processos de justificação colonial e os preconceitos que sustentavam o império europeu na época, com ênfase na manipulação de estereótipos para legitimar práticas de dominação e controle sobre os povos indígenas.

A nomeação e categorização dos povos indígenas das Américas desempenhou um papel central na construção do conceito de "alteridade" no contexto colonial. Esse processo teve início com Cristóvão Colombo (2010), que, ao denominar os povos indígenas de "índios", iniciou uma prática de classificação que se aprofundou com o tempo, especialmente nas colônias portuguesas, à medida que as autoridades católicas do século XVI tentavam compreender e articular suas novas possessões. Inicialmente, as ênfases nas descrições dessas culturas se concentraram nas semelhanças, com algumas diferenças notáveis, como, por exemplo, a alegação de que os povos indígenas brasileiros não possuíam certas letras em seu alfabeto. Essa suposta falta de elementos considerados fundamentais pelos europeus, como "fé, lei e rei", contribuiu para a ideia de que os nativos eram uma "tabula rasa", sujeitos a serem moldados de acordo com as normas e valores europeus (Reis, 1992). Com o tempo, no entanto, a Igreja e o Estado passaram a distorcer a imagem dos indígenas, especialmente as mulheres, associando-as a figuras de "canibais" e "mulheres canibais", criando uma narrativa que transformava seres que poderiam ser vistos como semelhantes em "outros" e, assim, justificava a violência e a subordinação a que foram submetidos (Chiapelli, 1976).

Neste contexto, como os relatos sobre os nativos, em especial sobre as mulheres canibais, foram usados para construir uma imagem dos indígenas como selvagens e bárbaros. Os primeiros registros dos encontros coloniais entre europeus e indígenas revelam a dificuldade dos colonizadores em compreender o exótico à sua frente, que frequentemente era interpretado à luz de estereótipos e mitos europeus (Todorov, 1984).

Para moldar a alteridade da América, os cronistas europeus recuaram aos arquétipos familiares do "homem selvagem", da "bruxa", da "amazona" e do "canibal". Essas imagens foram usadas para expressar as diferenças percebidas entre os nativos e os colonizadores, mas também para justificar a ideia de que os povos indígenas eram civilizáveis, mas precisavam ser domados, convertidos e subjugados ao império europeu. À medida que as resistências dos nativos, especialmente as mulheres, se tornavam mais evidentes, essas representações se tornaram cada vez mais violentas, com as mulheres brasileiras sendo retratadas como amazonas e canibais (Mason, 1990).

Este capítulo busca analisar essas representações das mulheres indígenas das América portuguesa, afirmando que elas são símbolos das atitudes coloniais e do papel da escrita religiosa na justificação da violência no contexto colonial. A partir da análise das representações dessas mulheres canibais, será possível refletir sobre a construção do *outro* nos relatos de viajantes e missionários europeus, além de discutir como essas imagens contribuíram para o processo de colonização e opressão dos povos indígenas. A partir dessa análise, abordarei como os relatos sobre os canibais serviram não só para alienar os povos indígenas, mas também para criticar e demonizar os inimigos religiosos e culturais dentro da Europa, especialmente durante os conflitos religiosos que marcaram o período.

2. A CONSTRUÇÃO DO OUTRO

O primeiro conjunto de imagens surge nos relatos iniciais sobre os índios brasileiros em geral, e as índias da América portuguesa em particular, retratando-as como inocentes pagãs vivendo em um paraíso perdido. A primeira carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, destacou a facilidade esperada na conversão dos "selvagens" para a fé cristã. No entanto, suas descrições detalhadas faziam distinções claras entre homens e mulheres. Enquanto ele e seus companheiros demonstravam desconfiança em relação aos homens, notando suas armas, viagens rápidas e conhecimento da costa, ficavam maravilhados com as mulheres nuas, representando-as – assim como a terra – como sensuais, acessíveis e submissas. Escritores missionários posteriores concordaram com a avaliação de Caminha sobre as mulheres nativas do território da América portuguesa, enfatizando sua nudez e inocência, e, portanto, sua disponibilidade para qualquer vida ou papel que a Igreja e o império pudessem lhes designar. As mulheres, uma

vez convertidas ao cristianismo e cobertas, seriam esposas adequadas para os homens convertidos ou servas dos imigrantes portugueses. Seu papel inicial na colônia estava integrado ao processo de colonização, visto, à época, como uma dominação fácil tanto do povo quanto da terra (Raminelli, 1996; Chiapelli, 1976).

No entanto, os nativos indígenas não se converteram todos a servos cristãos devotos, e as índias da América portuguesa continuaram a manter seus costumes, muitas vezes considerados degenerados (Todorov, 1984). A partir de 1550, um segundo conjunto de imagens começou a surgir, gradualmente substituindo a figura da donzela complacente. Nos relatos, a mulher perigosa e armada passou a ser mais frequentemente mencionada. Essa figura, indescritível e perturbadora, era tanto a amazona – a guerreira desgovernada que vivia sem homens ou que governava sobre eles – quanto o canibal, o selvagem vil que saboreava a carne humana. Em qualquer uma dessas representações, as índias da América portuguesa se tornaram o *outro* para os escritores e artistas, simbolizando a natureza estranha das Américas, que tanto perturbava a visão cristã e europeia do cosmos (Raminelli, 1996; Reis, 1992).

Cada uma dessas imagens pode ser interpretada dentro dos "três modelos básicos do *outro* propostos por Jonathan Z. Smith (2004, p.263-270). As amazonas podem ser compreendidas como parte do segundo modelo, o *outro* representado topograficamente, ou seja, localizado fora do centro, onde heróis, realeza e instituições dominam. Situadas em oposição ao centro dos valores culturais, as figuras periféricas, como as antigas amazonas e essas mulheres canibais mais recentemente imaginadas, são vistas como monstruosas e à parte das forças civilizatórias. Elas são os "moradores da floresta" e "selvagens" que rondam as margens dos antigos reinos coloniais europeus e brasileiros. Já os canibais, vistos como os mais cruéis e aterradores, se encaixam no modelo do *outro* representado metonimicamente, onde o *outro* pode ou não possuir um ou mais traços culturais reconhecíveis. De maneira análoga aos sumérios, que se distinguiam dos amorreus por sua capacidade de cultivar cevada e comer carne cozida, missionários e escritores europeus isolavam certas comunidades indígenas – como os caribes no Caribe e os tupiquins no Brasil – caracterizando-as pela dieta alienígena. A partir dessa alienação final, as mulheres canibais, cujas práticas culinárias abomináveis eram vistas como uma ameaça, serviram para justificar a apropriação das terras e a escravização dos povos indígenas.

A construção da imagem da Amazônia brasileira fundamentou-se na persistente mitologia ocidental das amazonas, figuras mitológicas que eram associadas tanto à nobreza quanto à ignomínia. Para os europeus medievais, as amazonas representavam o *outro* por excelência – mulheres não naturais, guerreiras e humanas, mas com atitudes e atributos considerados desviantes dos padrões culturais da época (Hutcheson, 1969). Embora as origens do mito das amazonas remetam à Antiguidade europeia, a fonte imediata dessa imagem foi o relato de 1541 de Gaspar de Carvajal, um irmão dominicano que acompanhou o capitão Francisco de Orellana em sua primeira expedição de exploração e incursões pelo rio Marañon (posteriormente renomeado rio Amazonas). Carvajal descreveu seus encontros com várias aldeias indígenas, sendo uma delas governada pelas "Amazonas" do interior.

Figura 5- Capa do livro "Descubrimiento del rio de las amazonas" Fr. Gaspar de carvajal.

Carvajal (1541, p.XXXV-XXXVI) retratou as amazonas imaginadas – uma visão influenciada pela literatura romântica europeia – como guerreiras ferozes, "muito brancas e altas", com cabelos longos "trançados e enrolados na cabeça". Interrogatórios posteriores de um cativo revelaram mais detalhes sobre o modo de vida dessas mulheres, que, segundo o dominicano, viviam sozinhas, em casas de pedra, mantendo homens em cativeiro para seu prazer até que ficassem grávidas. Após o parto, os bebês do sexo masculino eram abandonados, enquanto as meninas eram criadas para se tornarem grandes guerreiras.

No território luso-brasileiro, os jesuítas também relataram histórias sobre as amazonas. Manuel da Nóbrega, por exemplo, narrou um conto de segunda mão sobre "mulheres guerreiras" que habitavam as profundezas do interior. Da mesma forma que na mitologia grega, essas amazonas, segundo Nóbrega (2010, p.123), capturavam homens valentes para conceberem filhos. Quando um filho homem nascia, era dado ao pai ou morto; se fosse uma filha, era criada pelas amazonas. De acordo com a versão de Nóbrega, elas cortavam o seio direito para facilitar o uso do arco. Além disso, a presença de ouro entre essas amazonas também foi mencionada.

Para os autores posteriores, como para Carvajal (1541, p.XXXV), essas "mulheres sem medo e sem maridos" representavam não apenas desafios clássicos à conquista masculina e europeia daquele território, mas também as riquezas e perigos ocultos do território do interior do Brasil, pouco acessível (Schumaker; Brazil, 2000).[1] As excursões contra as Amazonas levaram lutadores e aventureiros mais fundo na floresta tropical costeira, para lutar contra uma sociedade irracional e seus habitantes antinaturais (embora sedutores); seus esforços foram estimulados pelo desafio da batalha contra forças crueis e pagãs - e pela promessa de tesouros lendários.

Enquanto o discurso que criou a mulher guerreira cristalizou os perigos do avanço das estruturas e relações sociais dos impérios europeus, o discurso paralelo sobre as mulheres canibais transmitiu os profundos medos pessoais dos pretensos conquistadores. As amazonas eram figuras perigosas, mas distantes tanto dos assentamentos costeiros quanto das explorações do interior. Muito mais próximas e mortais, no entanto, estavam as mulheres canibais das tribos Tupí ou Tapuia. As mulheres

[1] [1] Schuma Schumaker and Érico Vital Brazil, eds., *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade: Biográphico e ilustrado* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000), 43.

nessas comunidades próximas representavam uma ameaça diferente e mais ameaçadora - pois não apenas matavam homens, mas os comiam (Whitehead, 2000, p.23-25).

Embora o primeiro registro português do Brasil não relatasse canibais nas terras reivindicadas por Pero Álvares Cabral, a expectativa de canibais já estava firmemente estabelecida para as Américas (Hemming, 1978, p.31-34). O próprio Colombo relatou que havia sido informado por seus inimigos que as ilhas vizinhas eram habitadas por lutadores ferozes, com cabeça de cachorro, caolho e antropófagos. Embora Colombo (2010) nunca tenha testemunhado o consumo de carne humana e nunca tenha conhecido os caribes cujo nome ele tanto entendeu e comportamentos tão deturpados, ele, como tantos escritores de viagens depois dele, baseou a verdade de suas representações em relatos bem conhecidos, como os catálogos de "monstruosidades humanas" de Isidoro de Sevilha no século VII na Índia e as fictícias sagas medievais de seres monstruosos de John Mandeville (Brehaut, 1912; Smith, 2004; Kirkpatrick, 1991, p.133-34). Lutadores fortes, os "canibais" podem facilmente capturar dez vezes seu número em batalha, e os exploradores espanhois encontraram restos de banquetes canibais em aldeias desertas em outras ilhas.[2] Como Colombo, Américo Vespúcio em seus próprios diários de viagem referiu-se a uma ilha de canibais "com base em informações coletadas dos vizinhos desses supostos antropófagos" (Mason, 1990, p54).

Os relatos sobre o canibalismo entre os nativos do Brasil refletem um dos principais motivos da mitologia europeia sobre o "homem selvagem", que era descrito como uma criatura alienígena que consumia aquilo que era considerado não comestível, como alimentos estragados, miudezas, excrementos, carne crua e carne humana (Bartra, 1994). Essa intemperança, característica do "homem selvagem", também estava presente nos estereótipos europeus associados às bruxas; para ambos, os apetites descontrolados eram associados a outros pecados capitais, como gula, malícia, raiva e luxúria (Smith, 2004). Nos escritos portugueses e espanhóis, esses detalhes refletiam a percepção crescente de que os habitantes das terras recém-descobertas eram cada vez mais estranhos e incompreensíveis. As mudanças nas perspectivas europeias também podem ser vistas em outros aspectos descritivos, nos quais costumes antes considerados ingênuos ou inocentes, como a nudez, hospitalidade e o comunalismo, passaram a ser

[2] Ibid., 63, 72. Mártir também enreda duas lendas, contando o relato espanhol de que os homens canibais ocasionalmente coabitavam com mulheres amazonas e geravam seus filhos (ibid., 73).

interpretados como vícios persistentes de luxo e indolência.

A pesquisadora Maria Cândida Ferreira de Almeida (2002) argumentou que o canibalismo foi crucial para a construção da imagem da cultura indígena brasileira, sendo essa prática associada aos brasileiros desde o momento do descobrimento. O canibalismo foi utilizado desde o início do processo colonial para "definir, qualificar, nomear e classificar" os brasileiros, que eram, de outro modo, desconhecidos pelos europeus. Os exploradores e descobridores no Brasil privilegiaram os rituais canibais, utilizando-os como um meio de caracterizar as populações indígenas e reforçando a imagem de mulheres canibais bárbaras, o que ajudava a justificar sua identificação como "outros". Para os primeiros escritores europeus, como também para antropólogos posteriores, o canibalismo era visto como uma "marca da barbárie", sendo interpretado e definido exclusivamente do "ponto de vista dos estrangeiros". Colombo (2010), por exemplo, em sua primeira viagem ao Novo Mundo, inicialmente rejeitou a ideia de que uma tribo próxima praticasse antropofagia, considerando-a extremamente bárbara; no entanto, ele acabou aceitando e incorporando a prática ao nomear os caribes, conhecidos por suas cabeças de cachorro, como "canibais", criando assim um novo termo para a nova realidade que encontrou.

Uma das fontes mais importantes para a construção do imaginário sobre as mulheres canibais no Brasil foi a narrativa de Hans Staden, um especialista em artilharia alemão que trabalhava para os portugueses perto da atual São Paulo. Em 1552, Staden foi capturado por um grupo de indígenas Tupí, cuja prática, segundo ele, consistia em manter prisioneiros para o canibalismo ritual. Os prisioneiros eram mantidos por até um ano, às vezes podendo se casar, mas, eventualmente, eram abatidos e consumidos para marcar o poder vingativo da aldeia sobre seus inimigos.

Staden (2000, p.12) descreveu que, após sua captura, foi rapidamente transferido para a aldeia de Ubatuba, onde foi entregue às mulheres da aldeia, que dançaram ao seu redor, acompanhadas de uma música geralmente cantada para os que estavam prestes a ser mortos. Mais tarde, as mulheres o arrastaram para a praça da aldeia, onde rasparam sua barba e sobrancelhas, um ritual preparatório para sua morte. Embora a narrativa de Staden se concentre principalmente no domínio masculino nas práticas de guerra e sacrifício ritual, ela menciona de forma breve a presença das mulheres nas tarefas de preparação de comida e bebida, além de suas vestimentas e cuidados com as crianças.

Outra parte do texto de Staden (2000, p.177-8), no entanto, incluía um detalhamento macabro da tortura, morte ritual e consumo de prisioneiros em que as mulheres desempenhavam papéis mais proeminentes. De acordo com Staden (2000, p.183-4), as mulheres tupiniquins prepararam a vítima, iniciaram a procissão até o espaço sacrificial e, após o sacrifício, não apenas arrumaram o corpo para o açougue, mas também desfilaram vitoriosamente pela aldeia com os braços e as pernas antes de assá-los. As mulheres consumiam apenas as entranhas e, às vezes, pedaços do cérebro e da língua em um ensopado também serviam às crianças. Embora a maioria dos historiadores modernos considere o relato de Staden como um relato autêntico de suas experiências, sua ênfase no papel ritual central das mulheres entra em conflito com outros relatos dos Tupinambá - e às vezes é internamente inconsistente. Tem uma forte semelhança, no entanto, com a mitologia dos rituais secretos das bruxas europeias, com um relato anônimo escrito sobre o Brasil em 1587 e com a literatura florescente - de Vespúcio a André Thevet - sensacionalizando a selvageria dos índios brasileiros.

A publicação de Staden em 1557 de sua narrativa foi acompanhada por um conjunto de xilogravuras vívidas, cujo desenho ele aparentemente dirigiu, apresentando a dança e o banquete das mulheres canibais. Edições posteriores foram acompanhadas por gravuras ainda mais fantasiosas criadas por Theodor de Bry, que acrescentou detalhes novos e horríveis ao que acabou sendo visto como o banquete canibal das mulheres. De Bry alterou as imagens significativamente, embelezando e exagerando os gestos e atividades das mulheres além do relato escrito e sugerindo tanto o desespero bárbaro das mulheres canibais quanto a sexualidade furtiva e perversa associada à sua refeição perversa (Almeida, 2002, p.135-7).

Nos escritos jesuítas da mesma época, a existência do canibalismo simbolizava a degeneração dos povos caídos das Américas. Quando os jesuítas empreenderam sua conversão ao cristianismo, os selvagens mais obstinados eram, é claro, mulheres canibais. Manuel da Nóbrega (2010, p.48), que raramente escrevia sobre as índias da América portuguesa, incluiu-as em seu retrato de 1549 do "costume mais abominável entre aquelas pessoas". Ele relatou que quando prisioneiros de guerra eram emparelhados com mulheres jovens, qualquer filho dessa união não era poupado e até mesmo as mães podiam participar da festa por causa de sua crença de que as mães não estavam fisicamente ligadas a seus próprios filhos. E quando, entre os índios batizados que haviam

renunciado às suas práticas anteriores, uma mulher foi encontrada ainda comendo carne humana, seu marido a espancou ferozmente, para a aprovação dos missionários presentes (Nóbrega, 2010, p.63).

Os estereótipos de ferocidade e canibalismo, amplamente disseminados entre os relatos coloniais, foram apropriados para justificar as práticas de guerra e conquista no contexto da colonização. Contudo, a invenção da imagem das mulheres canibais foi além desse contexto; ela se constituiu como uma extensão do hábito europeu de misoginia (Todorov, 1984). Nos relatos de Staden, nos registros jesuítas e nas xilogravuras que ilustram essas narrativas, as mulheres canibais, particularmente aquelas representadas como bruxas antigas desejosas de carne humana, não apenas personificavam "a estranheza do Novo Mundo", mas também retratavam os indígenas como monstruosos e desumanos.

A partir desses relatos, podemos deduzir que a "presença e participação entusiástica das mulheres no ritual canibal" refletem um crescente desagrado dos narradores em relação ao mundo brasileiro. No final do século XVI, os jesuítas haviam se inserido em um novo drama épico, e suas lutas heroicas contra as amazonas e os canibais faziam parte de uma grande batalha contra um império demoníaco no Brasil. Simultaneamente, os colonos portugueses começaram a reformular seu projeto colonial, justificando tanto o uso da "guerra justa" para capturar e escravizar prisioneiros quanto a realocação e conversão dos indígenas, com o objetivo de civilizá-los. As estratégias para "integrar" os nativos brasileiros ao império colonial português estavam profundamente enraizadas na economia mercantilista dominante e no capitalismo primitivo que caracterizava o início do Portugal moderno (Chiapelli, 1976; Raminelli, 1996).

Nesse cenário, a prática do canibalismo tribal foi, em alguns casos, incentivada por colonos que incitavam a guerra intertribal. O objetivo não era apenas reduzir a população indígena, mas também "resgatar" e escravizar tanto os cativos mantidos por tribos inimigas para rituais canibais quanto seus captores antropófagos. Essas justificativas estavam fortemente ancoradas em raciocínios religiosos, baseados nos relatos de missionários e colonos que, a partir de suas experiências no Novo Mundo e das referências do Antigo Mundo, criaram um retrato distorcido das mulheres indígenas da América portuguesa. A suposta perversidade das índias — sejam elas amazonas ou canibais — serviu como justificativa para a opressão e desapropriação das populações indígenas

durante a conquista pelos portugueses. Isso se traduziu na tomada de terras por fazendeiros, pastores e funcionários coloniais, na escravização e doutrinação dos habitantes costeiros sob a tutela jesuíta, e, por fim, nas mortes desses povos nas mãos do governo imperial, com o objetivo de erradicar o canibalismo e seus praticantes (Bartra, 1994; Mason, 1990).

Os colonizadores portugueses não apenas descreviam o exótico, mas também o que consideravam as extremidades mais brutais do comportamento humano. Autores subsequentes de diários de viagem, comentários e ensaios utilizaram a imagem dos canibais da América portuguesa e seus apetites bestiais para representar uma ampla gama de qualidades e características, frequentemente paradoxais, com diversos objetivos. Nessas narrativas, a figura das mulheres canibais se torna cada vez mais distorcida, até desaparecer em alguns casos.

Exploradores franceses, em particular, que tinham menos interesses coloniais, revisitaram o discurso sobre os canibais no Brasil e ofereceram interpretações mais complexas, e até contraditórias. O viajante francês do século XVI, André Thevet (2018), por exemplo, fez distinções claras entre os guerreiros, que, embora vingativos, ainda eram considerados "valorosos" e comiam apenas os corpos de seus inimigos mortos, e os canibais que matavam por prazer e se deliciavam com a carne humana. Embora suas descrições não incluam os horrores das mulheres canibais, Thevet (2018, p. 76-8) observa que as "entranhas são comumente comidas por mulheres" e acompanha sua descrição com uma gravura de uma mulher estripando uma carcaça humana.

Vinte anos depois, o missionário calvinista Jean de Léry, ao escrever sobre suas experiências na colônia francesa perto do atual Rio de Janeiro, reexaminou o canibalismo, movendo o discurso para uma metáfora crítica cultural. Léry (1990, p.23-5) defendia os guerreiros tupinambás, justificando sua antropofagia como parte de um ritual nobre de vingança. No entanto, ele também recriava as imagens de mulheres idosas com desejos perversos por carne humana, as quais, segundo ele, incitavam os homens à guerra, corrompiam a natureza de seus filhos e perpetuavam o mais pecaminoso dos costumes indígenas. Tanto Thevet, (2018) quanto Léry (1990), usaram a analogia da antropofagia em seus ataques contra os inimigos ímpios nas guerras religiosas, além de articularem seus conflitos sobre o significado da Eucaristia. Em seus escritos, a alteridade das mulheres canibais brasileiras servia a um propósito diferente: não apenas para alienar o

Novo Mundo, mas também para criticar outros europeus e suas visões religiosas divergentes. Léry (1990, p.81), ao denunciar os massacres brutais e a antropofagia na França, observou que não era necessário "viajar tão longe quanto a América para ver coisas tão monstruosas e prodigiosas."

3. CONCLUSÃO

A análise das fontes históricas que abordam as mulheres indígenas brasileiras e os relatos dos primeiros encontros com os europeus revela um processo complexo de construção da "alteridade". Os relatos de figuras como Colombo, Cabral, Nóbrega, Thevet, entre outros, mostraram como as representações das mulheres indígenas foram distorcidas, frequentemente associadas a práticas de canibalismo, e usadas para justificar a violência e a opressão coloniais. Essas mulheres, muitas vezes retratadas como selvagens e monstruosas, tornaram-se símbolos da barbárie que os colonizadores europeus precisavam combater para legitimar suas ações de conquista e dominação. A partir dessa construção, as mulheres nativas da América portuguesa passaram de possíveis "semelhanças" a um *outro* irreconhecível, cuja existência foi projetada como uma ameaça à ordem social e religiosa europeia.

Este processo de construção da alteridade teve implicações profundas na justificação da violência colonial, na medida em que as mulheres canibais se tornaram uma figura central na ideologia que sustentava a exploração dos povos nativos. A percepção de "civilização", portanto, foi moldada por uma visão de superioridade que implicava a aniquilação cultural dos povos indígenas, ao passo que suas práticas, crenças e identidades foram sistematicamente desqualificadas. A representação das mulheres nativas canibais, nesse sentido, não apenas refletiu as visões europeias de selvageria, mas também revelou um projeto de dominação que visava transformar não apenas os territórios, mas também as culturas e modos de vida indígenas. Ao final, a figura do *outro*, construída em torno dessas mulheres, foi fundamental para a legitimação do sistema colonial, cujos impactos continuam a reverberar nas percepções contemporâneas das culturas indígenas.

FONTES

[1] CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil**. 1500. Disponível em: https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000109.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

[2] CARVAJAL, Gaspar de. **Relato da viagem de Orellana e a descoberta do rio Amazonas.** 1541. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or40732/or40732.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

[3] COLOMBO, Cristóvão. **Diário de bordo: A primeira viagem ao Novo Mundo**. Tradução de [João da Silva]. São Paulo: Editora XYZ, 2010.

[4] HANSEN, João Adolfo. **Manuel da Nóbrega**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4709.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

[5] LÉRY, Jean de. **História de uma viagem à terra do Brasil**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira Lippi. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

[6] STADEN, Hans. **A verdadeira história e descrição das terras dos habitantes do Brasil.** Tradução de Álvaro de Mello e Souza. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td000032.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

[7] THEVET, André. **Singularidades da França Antártica**, a que outros chamam de América. Tradução de Estêvão Pinto. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573383. Acesso em: 2 fev. 2025.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. **Tornar-se outro**: o topos canibal na literatura brasileira. São Paulo: Annablume, 2002.

[2] BARTRA, Roger. **Homens Selvagens no Espelho:** As Origens Míticas da Alteridade Europeia, trad. Carl T. Berrisford . Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

[3] BEHAUT, Ernest. **Um Enciclopedista da Idade das Trevas:** Isidoro de Sevilha. Nova York: Franklin, 1912. p. 219.

[4] CHIAPELLI, Fredi. **Primeiras Imagens da América:** O Impacto do Novo Mundo no Velho, 2 vols. Berkeley: University of California Press, 1976.

[5] HEMMING, John. **Ouro Vermelho:** A Conquista dos Índios Brasileiros. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978, p. 31–34.

[6] HUTCHESON, Frances. **Uma Investigação sobre o Original de Nossas Idéias de Beleza e Virtude**. Londres: Gregg International, 1969.

[7] MASON, Peter. **Desconstruindo a América:** Representações do Outro. Nova York: Routledge, 1990.

[8] RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

[9] REIS, Roberto. **Autoritarismo no Discurso Colonial Brasileiro**. Trad. José Mauro Zonis, em *Imagens Americanas e o Legado de Colombo*, ed. René Jara e Nicholas Spadaccini (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992), 454.

[10] SCHUMAKER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**: Biográphico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.43.

[11] SMITH, Jonathan Z. **What a Difference a Difference Makes**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

[12] TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América:** A Questão do Outro, trad. Richard Howard. Nova York: Harper & Row, 1984.

[13] WHITEHEAD, Neal L. Hans Staden e a Política Cultural do Canibalismo, **Hispanic American Historical Review 80**, nº 4, 2000, p.739.

Capítulo 4

A presença luso-brasileira no iluminismo português: a criação da Oficina Calcográfica do Arco do Cego (1799-1801)

Ana Paula Barco da Silva
Christian Fausto Moraes dos Santos
Nathália Moro

Resumo: Através das influências do movimento iluminista difundidas em Portugal, o presente artigo analisou a origem da Oficina Calcográfica Arco do Cego na passagem do século XVIII para o século XIX. Também foi considerado o contexto em que se deu início a Instituição, evidenciando a maneira com que a Filosofia Natural serviu de mecanismo para alavancar o potencial agrícola de Portugal e suas colônias. As estruturas do Antigo Regime sofreram grandes reformas nos aspectos políticos e áreas do conhecimento. Por meio dos manuais de técnicas na agronomia, medicina, náutica, engenharias e animais, a Casa Literária fomentou essas produções durante cerca de 28 meses, ampliando significativamente a construção e difusão do conhecimento. Durante a passagem do século XVIII para o XIX, foi criada a Casa Literária do Arco do Cego sob influência do Iluminismo com a presença de lusos-brasileiros e portugueses. Diante das distintas correntes ilustradas europeias, foi necessário destacar a importância da Filosofia Natural nesse período. A Coroa portuguesa, para manter as estruturas do Antigo Regime em seu território, financiou as criações de instituições compostas por naturalistas, nos quais poderiam contribuir para favorecer o potencial agrícola da metrópole e de suas colônias. A Oficina Calcográfica publicou diversas obras por meio de manuais sobre técnicas agrícolas, medicina, cemitérios, naútica, gravuras, engenharias e animais no decurso de um curto período, apenas 28 meses, mas que contribuíram de maneira significativa para disseminação das ideias científicas.

Palavras-chave: Arco do Cego; Agricultura; Iluminismo; Natureza.

1. INTRODUÇÃO

Durante a transição do século XVIII para o XIX, a sociedade portuguesa vinculava a utilização de técnicas agrícolas com os aspectos do Iluminismo, na tentativa de alavancar sua economia e de suas colônias. O movimento ilustrado teve sua disseminação em diferentes versões no continente europeu, cabia à Coroa portuguesa vincular conhecimentos filosóficos naturais que poderiam ser proveitosos para a perpetuação de seu Império ultramarino (Azevedo, 2018, p.20).

A sociedade portuguesa, fortemente influenciada pela tradição aristotélica com a crescente disseminação dos ideais ilustrados, testemunhou a passagem da tradição clássica para os princípios inovadores científicos. Nesse panorama, a História Natural se destacou como um exemplo notável de uma mudança de percepções. Nos séculos que antecederam essa transição, a Filosofia Natural havia estabelecido sua importância na compreensão do mundo por meio de descrições de seres vivos e preceitos matemáticos (Heynemann, 1999, p.102). Fundada na virada do século XVIII para o XIX, a Casa Literária do Arco do Cego tinha como objetivo disseminar o conhecimento científico no imaginário português, sob a influência do Iluminismo.

Nesta perspectiva, foi utilizada na pesquisa alguns escritores luso-brasileiros e suas fontes que compuseram a Oficina Calcográfica com o objetivo de compreender a temática da corrente ilustrada. A Coroa Portuguesa procurava impulsionar seu desenvolvimento agrícola em meio a crise de regimes monárquicos europeia. Levando em conta a disseminação iluminista em distintas nações, o presente artigo analisa como foi implementada as luzes em país destacado pelo Antigo Regime.

Deve ser notada a conexão com a Filosofia Natural, apresentada como uma alternativa que auxiliaria no desenvolvimento das "Viagens Filosóficas", organizadas pelo ministro Martinho de Melo e Castro (1716-1795), com o intuito de descobrir novas plantas com potencial econômico. É importante frisar que tal movimento já podia ser constatado em países como Espanha, França e Holanda. Será ressaltado também o surgimento da Casa Literária do Arco do Cego, com sua dinâmica de funcionamento e a participação de luso-brasileiros influenciados pelo Iluminismo. Levando em consideração a importância da temática científica, sobretudo a partir da utilização dos conhecimentos Filosóficos Naturais, pode ser apontada como um fator que conseguiu direcionar as movimentações dos setecentos em Portugal.

2. A CORRENTE ILUSTRADA PORTUGUESA NAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS

Em meados do século XVIII, é constatado no continente europeu o estímulo à investigação da natureza ligada ao que é estabelecido chamar atualmente de "agricultura". Ocorria na sociedade portuguesa uma ascensão resultante dos progressos tecnológicos que as confecções de matérias primas poderiam trazer. As motivações para a adesão da Filosofia Natural estavam relacionadas à queda do valor do açúcar e da instabilidade na fiscalização do quinto, que deveria possuir uma grande atenção do Estado, sendo que 20% de uma barra de ouro era concedida à monarquia portuguesa (Dias, 1968, p. 112).

A percepção do ambiente natural no final deste período sofreu uma grande transformação ao serem adotadas conotações religiosas, estabelecendo uma relação mais íntima com o divino. Além de ser exaltado, passou a ser visto como um refúgio para introspecção e a busca por privacidade, contribuindo para o desenvolvimento da individualidade (Thomas, 1988, p. 309). A consolidação dos gabinetes de História Natural no ambiente europeu do Iluminismo evidenciava o crescente interesse pela natureza. A literatura da época, por sua vez, celebrava o ambiente natural e suas relações com o homem. O controle sobre a terra era visto como um dos pilares do poder. A fisiocracia, corrente econômica do período, reforçava a importância da agricultura como fonte de riqueza. Essa atividade, impulsionada pelos avanços científicos da Era Moderna, era fundamental para a estruturação do Estado (Ávila, 2014, p. 54; Kury, 2001, p. 115).

Por iniciativa do secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conhecido como Marquês de Pombal, foram impulsionados estudos filosóficos naturais em produtos que poderiam ser comercializados na América Portuguesa. A flora luso-brasileira, tornou-se importante face aos problemas comerciais portugueses no Oriente. A investigação da natureza nos trópicos visava encontrar riquezas com potencial mercantil (Dias, 1968, p. 113). A carestia sobre informações da História Natural na América Portuguesa, fez com que naturalistas seiscentistas, participantes da ocupação neerlandesa no nordeste, como Georg Marcgraf (1610-1644) e Guilherme Piso (1611-1678) fossem os estudiosos mais mencionados até o começo do século XIX (Kury, 2004, p. 117-118).

A idealização de um programa que financiasse as investigações sobre o mundo natural, foi implementada pelo Marquês de Pombal, visando a potencialização das atividades agrícolas, não apenas na região americana, mas em outras colônias que

poderiam abranger essa estratégia como a Ásia, Oceania e África. As modificações no âmbito educacional estavam articuladas a esse projeto de fomento no reinado de D. Maria I (1777-1816), entre as reformas implementadas estava a reestruturação da Universidade de Coimbra com cursos associados à saúde e Filosofia Natural. Em 1772, teriam sido construídos o museu de História Natural e o Jardim Botânico que necessitou da adesão de novos docentes (Santos, Fiori, Campos, 2014, p.49). Na América Portuguesa, apenas em 1796 foi inaugurado o primeiro Jardim Botânico em Belém, no Pará, que desempenharia um protótipo para os futuros estabelecimentos (Nunes, Brigolas, 1999, p.55).

Nos anos iniciais da restauração educacional, em 1761, foram formados 238 luso-brasileiros nos cursos de Matemática, Filosofia Natural e Medicina. Nos anos de 1794 à 1804, houve um progresso na quantidade de alunos no curso de Filosofia Natural em comparação com o de Matemática. No final do século XVIII, o Reino português ofereceu bolsas para lusos-brasileiros, nos quais cursaram medicina, engenharias e contabilidade (Dias, 1968, p. 116). A Coroa buscava ter proximidade com as famílias abastadas luso-brasileiras enviando seus filhos para estudarem na Universidade de Coimbra. Desse modo, as relações entre a monarquia e a classe nobre luso-brasileira moldavam a modernização da América Portuguesa com a execução nas práticas agrícolas de conhecimentos resultantes da educação baseada na Filosofia Natural (Cruz, Pereira, 2009, p. 206).

No período em questão, algumas instituições destacaram-se no cenário da disseminação de conhecimento nos campos das ciências, artes e literatura. Impulsionada pela necessidade de aprimorar os estudos nas áreas de navegação e fortificações, foi fundada a Academia Real de Marinha em 1779. Esta instituição estabeleceu-se em algumas salas do Colégio dos Nobres, situado em Lisboa. Outras iniciativas emergiram nesse contexto, tais como a criação da Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790. No âmbito cultural, o Teatro de São Carlos foi inaugurado em 1793 e a Real Biblioteca Pública da Corte em 1796. Vale salientar que a criação dessas instituições ocorreu concomitantemente às implementações de censura da época, denotando uma preocupação do Estado no controle da circulação de ideias (Curto, 1999, p. 38).

Diante dos investimentos das expansões estudantis, ocorreu a propagação do movimento ilustrado, considerado um antecedente da independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa e das subsequentes invasões napoleônicas, que afetariam a

estabilidade da monarquia portuguesa. Na França, as dificuldades relativas à produção rural eram temas de discussões constantes. Entre os privilégios questionados, os impostos reais eram alvo de debates liderados por intelectuais e agricultores. Concomitantemente a tais questionamentos, a administração do Estado procurava implementar novas técnicas de plantio (Curto, 1999, p. 15; Kury, 2001, p. 119).

Na Inglaterra, as percepções estavam relacionadas à própria ideia de abolição da monarquia. Os ideais revolucionários em meio aos eventos traziam a perspectiva de igualdade. Em Portugal, a sociedade possuía um excelente desenvolvimento em relação às suas produções artísticas, mas existia uma necessidade de ainda aprimorar as discussões políticas. Em relação à difusão da corrente ilustrada, o regime monárquico foi preservado, ao contrário de muitos países que tiveram dissoluções de seus Impérios. A Coroa portuguesa estabeleceu-se como um elemento distintivo no quesito do avanço científico, no qual foi aperfeiçoado o desenvolvimento agrícola. Dessa forma, o Antigo Regime pôde continuar mais preservado do que obter uma ruptura (Harden, 2011, p. 307-308; Santos, Campos, Moraes, 2010, p. 98).

Para dar prosseguimento a um poder centralizado estatal, foi promovido um modelo institucional de censura durante a Ilustração portuguesa. Dessa forma, ocorreu a supressão de ideias que pudessem incitar a ruptura do absolutismo, do colonialismo, por meio do controle da circulação de obras que divulgassem heresias contra a Igreja Católica, ameaças à manutenção da Coroa e manifestações de misticismo (Lima, 2009, p.43-50).

O movimento iluminista em diversos países europeus impulsionou revoluções protagonizadas pela burguesia e direcionadas contra as monarquias. Em Portugal ocorreu uma conciliação do poder absolutista com os princípios ilustrados. A ocorrência desse fenômeno era mais comum em países periféricos da Europa, nos quais as classes nobres detinham forte influência (Ávila, 2014, p. 43).

O final da Era Pombalina, notável pelo patrocínio das artes, foi marcado pela transição de poderes no reinado com a morte de D. José I (1714-1777) e o início de uma primeira mulher no poderio português assumido por D. Maria (1734-1816). Durante o seu reino, muitos indivíduos políticos presos foram soltos e restabeleceram-se memórias de homens que participaram da antiga corte. Ademais, essas transformações estabeleceram como a Coroa portuguesa possuía grande poder absoluto e reprimia revoluções (Elias, Martins, Moreira, 2017, p. 166).

3. A EXISTÊNCIA DAS "VIAGENS FILOSÓFICAS" E A OFICINA CALCOGRÁFICA DO ARCO DO CEGO

Durante as reformas pombalinas, foi admitido como docente um naturalista italiano chamado Domenico Vandelli (1735-1819) no Colégio Real dos Nobres de Lisboa e na Universidade de Coimbra. Esse homem possuiu um papel destacado nos estudos de filosofia natural portuguesa no período setecentista, sendo diretor do Real Jardim Botânico, no qual comandou investigações sobre plantas consideradas exóticas vindas das colônias e que poderia possuir características mercantis para auxiliar na economia de Portugal. Em consequência dessas pesquisas foram realizadas as Viagens Filosóficas, que consistiam em fazer um levantamento de espécimes inexploradas para favorecer a prosperidade científica. Além disso, eram realizados experimentos com o solo, ar e a água para facilitar a compreensão em torno da produtividade rural com seres variados vindos desde a América Portuguesa, como de colônias da Ásia e África (Figuerôa, Silva, Pataca, 2004, p. 717; (Santos, 2008, p. 209).

Entre os grandes estudiosos destacados durante as Viagens Filosóficas estava o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), designado pela Coroa portuguesa, no final do período setecentista, para transitar pelas regiões do Grão-Pará, Rio Negro, nos planaltos do Mato Grosso e Cuiabá. Nesse processo foram descritas a fauna, a flora, os nativos e as atividades agrícolas realizadas. A intenção dessa expedição estava relacionada com a decadência da exploração aurífera na região de Minas Gerais. O Estado objetivava encontrar possíveis potenciais econômicos para reverter esse declínio (Lima, 2009, p. 105-106).

Para serem realizadas as expedições científicas na América Portuguesa, era necessário ter uma grande estrutura colaborativa. Essas infraestruturas contavam com a composição de indivíduos da elite colonial sendo os homens das ciências e gestores administrativos. A autoridade colonial viria de governadores e capitães gerais, nos quais possuíam a função de delimitar territórios, por meio do auxílio de engenheiros cartógrafos e astrônomos que baseavam seus conhecimentos em informações dos expedicionários naturalistas (Domingues, 2001, p. 826-827).

Após a morte de Martinho de Melo e Castro em 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), seu afilhado de batismo, prosseguiu com seu título como ministro da Marinha e Ultramar. Seu percurso de vida foi designado por seus estudos no Colégio dos

Nobres, pelo curso de direito na Universidade de Coimbra no instante que ocorreu as reformas pombalinas de 1772, no qual teve contato com muitos lusos-brasileiros (Pereira, 2014, p. 499). A existência das Viagens Filosóficas floresceram sob a liderança do ministro Martinho de Melo e Castro (1716-1795), que atuou no reinado de D. José I e D. Maria I até seu fim na regência de D. João VI (1767-1826).

Na América Portuguesa durante o período do vice-reinado de Luís Vasconcelos e Sousa (1742-1809), o naturalista luso-brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) liderou expedições no Rio de Janeiro, como parte das Viagens Filosóficas realizadas nos estados do Grão Pará e Maranhão, na América Portuguesa. O vice-rei atuava como elo entre o envio de correspondências e a remessa de itens naturais. A complexidade das expedições exigia um profundo conhecimento de técnicas para organizar, sistematizar e enviar as coletas. Seus registros abrangiam tanto a ciência europeia quanto os saberes indígenas sobre a natureza local (Pataca, 2019, p. 156-160).

O mineiro Frei José Mariano, primo de Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), conhecido como Tiradentes, iniciou sua vida religiosa no convento São Boaventura de Macacu aos 19 anos. No início da década de 70, já atuava como docente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, o seu interesse pela Filosofia Natural surgiria devido a criação de uma agremiação científica pelo vice rei marquês de Lavradio (1729-1790). Durante sua estadia em Lisboa, nos primeiros anos de 1790, após suas coletas para o que viria a ser conhecido como *Florae Fluminensis* (1827), o religioso relatava às autoridades régias os perigos que enfrentou em sua expedição ao Rio de Janeiro. Além disso, foi acompanhado por outros indivíduos da congregação mendicante. Sua notoriedade foi elevada ao ser reconhecido por suas técnicas de conservação taxidérmicas na ictiologia, em seus primeiros anos em Lisboa, sendo membro da Academia Real da Ciências e do museu da Ajuda (Lima, 2009, p. 118; Nunes, Brigola, 1999, p. 52-61).

O estudo e a descrição da diversidade vegetal da capitania carioca culminaram na elaboração da *Florae Fluminensis*, na qual foi organizada segundo o sistema de Lineu (1707-1778) com descrições, classificações e nomenclaturas das espécies. Essas técnicas proporcionavam um método para unificar uma linguagem científica que fosse conhecida por todos. A botânica estabelecia uma ligação intrínseca com a crença na criação divina, os indivíduos tentavam organizar o meio natural para poderem conceder uma lógica ao mundo (Kury, 2015, p. 248). As características das plantas eram registradas seguindo

normas sistemáticas baseadas no gênero, sendo agrupadas em classes que podiam conter análises. As anotações incluíam tanto o nome popular da planta quanto a descrição do seu habitat em latim (Bediaga, Lima, 2015, p. 88).

No ano de 1796, o religioso José Mariano, destacou-se por sua produção e tradução de obras inovadoras de cunho agrícola em Portugal, desempenhou diversas funções como compilador, coordenador e tradutor. Seu objetivo era estimular tipógrafos a darem ampla divulgação aos seus trabalhos imbuídos em ideais iluministas, tanto na metrópole portuguesa quanto na América. Em 1797, ocorreu a impressão da *Florae Fluminensis*, na qual foi fundamental a existência de uma equipe para a produção gráfica. Essa iniciativa é considerada um marco no desenvolvimento da estrutura que, posteriormente, se consolidaria como a Casa Literária do Arco do Cego (Faria, 1999, p. 110-111; Nunes, Brigola, 1999, p. 62-63).

Durante a direção D. Rodrigo de Souza Coutinho na Marinha e Ultramar foram realizadas mudanças no quesito científico. As coletas em expedições ainda ocorriam, mas o ministro idealizou uma estrutura de colaboradores científicos com atuações mais específicas. As produções das obras seriam realizadas por meio da impressão, uma característica de grande poderio para Coutinho (DeNipoti, Pereira, 2013, p. 258). A autora Leme enfatizou (1999, p. 77) que não foram detectados documentos que comprovem a criação da instituição literária do Arco do Cego, mas é possível uma correlação de ter sido criada por vontade do ministro D. Rodrigo.

Editada pelo frei Veloso, as compilações de trabalhos evidenciou a curiosidade por temas que se estendiam desde a quina e seus atributos curativos até guias práticos de desenho e ilustrações (Nunes, Brigola, 1999, p. 69). Os temas podiam discorrer sobre técnicas agrícolas, botânica, linguística e mineralogia, frequentemente acompanhados por desenhos dos objetos analisados. Suas produções se fundamentavam na divulgação de saberes científicos, interligados com as inovações da época experimentadas pelos homens da ciência. A Oficina Calcográfica do Arco do Cego obteve grande destaque como um componente do Iluminismo português, devido ao seu caráter enciclopedista (Santos, Campos, Moraes, 2010, p. 97).

A existência da Oficina Calcográfica do Arco do Cego passou por transições, seu nome inicialmente era *Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego* (1799-1800), depois foi modificado para *Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego* (1800-1801) e

em fevereiro de 1801 chamava-se *Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego*. A mudança foi adquirida pela aderência da calcografia, posteriormente, teve seus próprios caracteres e obteve a designação de "tipoplástica". Sua localização pertencia à periferia da capital portuguesa, Lisboa, após alguns meses de instalação passou a funcionar na quinta do intendente do Arco do Cego (Leme, 1999, p. 80-81).

Durante o século das luzes ocorria um processo laborioso na tipografia e nas ferramentas relacionadas a impressão, devido a dependência em uma variedade de técnicas, instrumentos, nos quais necessitava de grande domínio para realizar. A calcogravura, método popular de gravura desse período, requeria a utilização de placas de metal como o cobre, muito empregado na fabricação das chapas, sua serventia cooperou para estampas de desenhos, símbolos e ilustrações (Eller, 2015, p. 137-138).

Entre as atribuições da Casa Literária do Arco do Cego, sucedeu-se uma que contribuiu para a instituição se tornar a primeira em tradução patrocinada pela Coroa portuguesa. Muitas das obras literárias eram consequência de trabalhos estrangeiros, nas quais se podiam ver como ameaçadoras aos comportamentos portugueses, sobretudo em razão da influência ilustrada. Os tradutores inseriam em suas obras textos adicionais, chamados de paratextos, que asseguravam acesso à informação sem perigos à sociedade da época (Harden, 2011, p. 304-306).

Os trabalhos que constituíam a Oficina Calcográfica do Arco do Cego eram formados por dedicatórias, compostas por uma reverência direcionada ao órgão que subsidiava a agência literária. Nas dedicatórias eram dispostas de retórica como estilo predominante, no qual o homenageado adquiria a condição de coautor. As honrarias das produções eram distribuídas ao patrono, sendo a monarquia e ao cliente representado pelo autor da dedicatória. Ademais, esses costumes constituíram a permanência do Antigo Regime no Iluminismo português (DeNipoti, Pereira, 2013, p. 262).

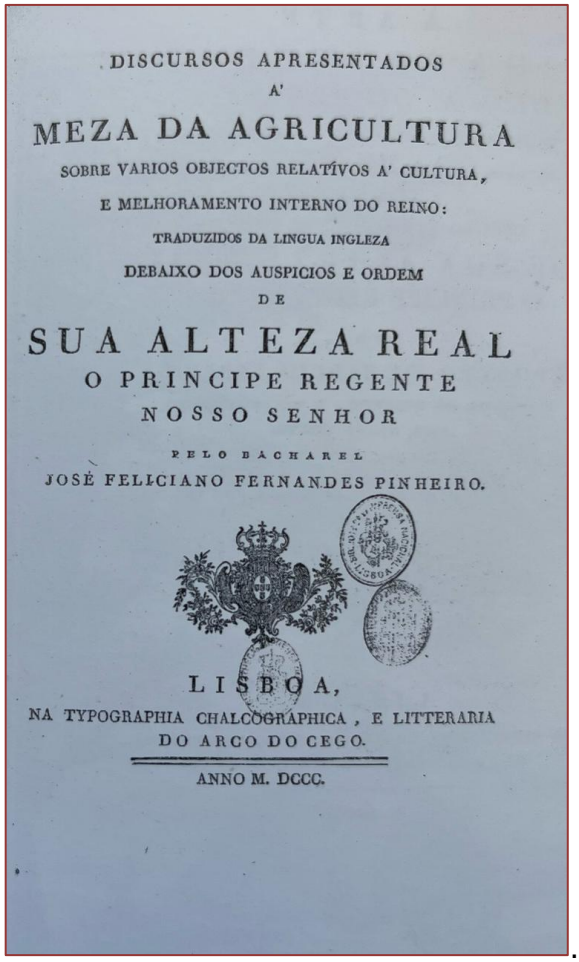
A linguagem subjetiva era dominante nas dedicatórias, as produções que possuíam traduções eram antecedidas em seus prefácios com o uso de figuras de linguagem. Ao contrário das obras estrangeiras originais que eram compostas pela objetividade, sendo uma característica do uso da razão do período, as traduções possuíam referências eloquentes vindas da retórica escolástica. A utilização desse modelo era justificada pela dependência da autoridade régia, vale destacar como exemplo a América Portuguesa, os escritores luso-brasileiros não tinham a possibilidade de imprimir suas obras no

território colonial, desse modo eram enviadas para Portugal. Apenas com a vinda da corte real em 1808, surge a primeira Tipografia Régia no domínio (Filgueiras, 1990, p.227; Harden, 2011, p. 307).

Com o intuito de estruturar a corporação, o frei Veloso reuniu cidadãos de sua terra natal para formar a Casa Literária do Arco do Cego. A maioria dos luso-brasileiros que integravam a equipe eram tradutores, e alguns também atuavam como autores de obras originais. Uma parcela significativa da produção literária era destinada à América Portuguesa, onde os livros poderiam ser comercializados ou distribuídos ao público. Foram identificados ao total 83 títulos produzidos pela instituição. Desses, 36 foram escritos por portugueses ou luso-brasileiros, 41 são traduções de obras estrangeiras e 6 publicações estão em latim (Leme, 1999, p. 82).

Em relação aos lusos-brasileiros que compuseram a Oficina Calcográfica do Arco do Cego, alguns foram homens que prosperariam no decurso de suas vidas como José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), que aos 18 anos foi enviado para estudar na Universidade de Coimbra, posteriormente foi visconde de São Leopoldo (Pinheiro, 2024, p. 373-376) publicou durante sua participação na casa literária a obra intitulada *Historia Nova, e Completa da América* (1800). Outro proeminente foi o médico Vicente Coelho de Seabra Silva Teles (1764-1804) que viria a se formar e lecionar na mesma Universidade, sua principal preocupação era com as sepulturas dos cemitérios ao publicar *Memória sobre os prejuisos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir* (1800) (Araújo, 2020, p. 236).

Figura 6- "A meza da agricultura: sobre varios objetos relativos a cultura e melhoramento interno do reino", Jose Feliciano Fernandes Pinheiro


DISCURSOS APRESENTADOS
A'
MEZA DA AGRICULTURA
SOBRE VARIOS OBJECTOS RELATÍVOS A' CULTURA,
E MELHORAMENTO INTERNO DO REINO:
TRADUZIDOS DA LINGUA INGLEZA
DEBAIXO DOS AUSPICIOS E ORDEM
DE
SUA ALTEZA REAL
O PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR
PELO BACHAREL
JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO.
LISBOA,
NA TYPOGRAPHIA CHALCOGRAPHICA, E LITTERARIA
DO ARCO DO CEGO.
ANNO M. DCCC.

Alguns escritores, como o químico João Manso Pereira, enfrentaram dificuldades para se destacar. A esse homem negro vale ressaltar que nunca viria a conhecer Lisboa, não frequentou a universidade e era intitulado autodidata, como muitos negros com conhecimentos sem formação universitária daquele período, tendo realizado seus estudos em latim, grego, hebraico no Seminário da Lapa. Sabia falar em francês e convivia com uma ex-escrava chamada Joana de Melo, seus estudos se concentravam na química tradicional e a de Lavoisier (1743-1794), suas publicações foram *Memoria sobre a reforma dos alambiques ou de hum proprio para a distillaçaõ das aguas ardentes* (1797) e *Cópia da continuação de huma carta sobre a nitreira artificial: estabelecida na Villa de Santos, da capitania de S. Paulo* (1800) na Oficina Calcográfica do Arco do Cego (Filgueiras, 1993, p.155; Lira, Antunes, 2023, p. 197-201).

Ademais, existiam religiosos na equipe, como o caso do mineiro José Joaquim Viegas de Menezes (1778-1841), que traduziu a obra de Abraão Bosse (1602-1676) e publicou como *Tratado da gravura a água forte, e o buril, e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce* (1801), foi considerado o primeiro gravador da América Portuguesa com registros sobre santos e precursor da imprensa colonial (Eller, 2015, p. 139).

Infelizmente, dada a situação financeira da Oficina Calcográfica, os lucros não se originavam da venda de livros, mas sim do material ilustrado que seria divulgado, o que pode ser considerado uma das causas do grande *déficit* na economia da instituição literária do Arco do Cego. A incerteza residia no público-alvo, em que ocorriam questionamentos se poderiam alcançar um número expressivo de leitores. A Coroa tinha dificuldade em mantê-la, fora isso era exigido um alto empenho para persuadir a população de que as novas técnicas ilustradas na agricultura poderiam impulsionar a produção e melhorar a condição portuguesa (Santos, Moraes, Campos, 2010, p. 101).

Os encargos da Calcografia do Arco do Cego demandavam montantes significativos do Erário Régio, que detinha a responsabilidade, enquanto entidade monárquica, de supervisionar as finanças das administrações. A necessidade de controlar os dispêndios das produções da instituição literária foi um fator determinante para a sua extinção. Para dar seguimento às edições de obras consideradas proveitosas pela Coroa portuguesa, D. João incorporou a oficina do Arco do Cego às reformas da Impressão Régia, nas quais foram implementadas modificações administrativas. O Frei José Mariano foi transferido para integrar a Junta Literária da Impressão Régia, na qual desempenhava a função de selecionar as obras, traduzi-las e revisar as impressões a serem realizadas (Azevedo, 2018, p. 97).

4. CONCLUSÃO

Os estímulos da Coroa portuguesa, que se transformaram ao longo das administrações, influenciaram a mudança de luso-brasileiros para o continente europeu e o aumento da procura dos grupos letrados em cursos da Universidade de Coimbra. As reformas iluministas foram fundamentadas na criação de instituições direcionadas para a filosofia natural, nas navegações e na agricultura, que contribuíram para a continuidade de um regime tradicionalista.

Através do emprego de métodos agrícolas nas colônias, usufruir dos territórios era um benefício que foi implementado pelas "Viagens Filosóficas" lideradas pelo italiano Vandelli. Na América Portuguesa, particularmente na área que abrange o Rio de Janeiro, foram catalogadas plantas que constituíram a *Florae fluminensis*, escrita pelo frei Veloso. O sistema de organização das coletas da flora e fauna foi influenciado pelo método linneano.

Em seguida, sob a influência de um novo ministro, D. Rodrigo, a prática de impressão ganha a devida importância. O sacerdote Veloso passou então a dirigir a Casa Literária do Arco do Cego, na qual obteve novas adesões de nomes ao longo de seus cerca de 28 meses. Seus temas estavam relacionados às tecnologias da época que podiam contribuir para a agricultura, medicina, navegação, engenharia e criação de animais. A oficina calcográfica contou com a forte presença de lusos-brasileiros, sendo que alguns foram estudar na Universidade de Coimbra e outros não tiveram a mesma oportunidade. Foram publicadas obras originais, traduzidas com o acréscimo de paratextos que exaltavam sua patrocinadora, a Coroa portuguesa. Apesar de seu curto período de existência, devido aos altos gastos demandados ao Erário Régio, essa instituição literária merece reconhecimento por ser uma das primeiras editoras a contribuir na disseminação de seus conhecimentos científicos agrícolas impressos na tentativa de serem implementados para uma população campestre.

FONTES

[1] BOSSE, Abraão. **Tratado da gravura a água forte, e o buril, e em madeira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce.** Trad: MENESES, José Joaquim Viegas, 1778-1841.Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego. Lisboa. 1801 PEREIRA, J.. **Copia de huma carta sobre a Nitreira Artificial estabelecida na Vila de Santos da Capitania de S. Paulo**. Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego. Lisboa. 1800.

[2] PEREIRA, J.M. **Memoria sobre a reforma dos alambiques ou de hum próprio para a distillação**. Lisboa: J. P. Correa da Silva, 1797.

[3] PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Historia nova, e completa da America**. Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego. Lisboa. 1800.

[4] TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva. **Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas de cadáveres nos templos, e método de prevenção**. Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego. Lisboa. 1800

[5] VELOSO, José da Conceição. **Florae Fluminensis**. Off. Lithog. Senefelder. Vol. 1. Paris. 1827.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, A. C. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e a reforma dos cemitérios. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 229–243, 2020. DOI: 10.9789/2525-

3050.2019.v4i8.229-243. Disponível em: https://seer.unirio.br/revistam/article/view/9299. Acesso em: 2 fev. 2025.

[2] ÁVILA, Gabriel da Costa. Um império no prelo. História Natural e administração colonial na Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **Temporalidades**. Belo Horizonte. V.6, n.2. p.41-60. Maio/ago. 2014.

[3] AZEVEDO, Dannylo de. **O fazendeiro do Brasil: Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII**. USP. São Paulo. 2018.

[4] BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A "Flora Fluminensis" de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr. 2015. DOI: 10.1590/1981-81222015000100005.

[5] CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. M.. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, v. 17, n. 31, p. 65–88, 2011.

[6] CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 9, p. 205-228, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35749583/rhsc9_205-228_abc-mml.pdf. Acesso: 05 de agosto de 2024.

[7] CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.15-49. Lisboa. 1999.

[8] ELLER, Emerson Nunes. Para uma introdução a história do livro impresso no Brasil: o caso do padre José Joaquim Viegas de Menezes. **Educação gráfica**. V.19 N°3. Bauru. 2015.

[9] DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnos Roberto de Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **Unisinos**: Vol. 17 Nº 3 - setembro/dezembro de 2013.

[10] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. 278. Departamento da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Jan/ Mar. 1968.

[11] DOMINGUES, Ângela. Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). **Varia História**. V.22, n.35, p. 150-174. Belo Horizonte. Jan/Jun. 2006.

[12] DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde**. Vol. VIII, p.823-838. Manguinhos. 2001.

[13] DURELL, Gerald. **O naturalista amador: um guia prático ao mundo da natureza**. Ed: Martins Fontes. 2°reimpr. São Paulo. 1996

[14] ELIAS, S. S. R; MARTINS, D. R; MOREIRA, I. C. A ciência luso-brasileira na Europa iluminista do século XVIII. **Trama Interdisciplinar**. V.8, n.3, p.160-184. São Paulo. Set/ dez. 2017.

[15] FARIA, Miguel F. Da facilitação e da ornamentação: A imagem nas Edições do Arco do Cego. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.107-137. Lisboa. 1999.

[16] FIGUERÔA, S. M. F; SILVA, C. P; PATACA E. M. Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde**. vol. 11(3): 713-29. Manguinhos. Set.-dez. 2004.

[17] FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da ciência no Brasil. **Química Nova**. V.13, n.13, p.222-229. São Paulo. 1990.

[18] FILGUEIRAS, Carlos A.L. João Manso Pereira: Químico empírico no Brasil colonial. Química Nova, Nº 16. São Paulo. 1993.

[19] HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 50, p. 301-320. 2011.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-18132011000200005. Acesso em: 18 de julho de

2024.

[20] HEYNEMANN, Cláudia B. História Natural na América Portuguesa: 2° metade do século XVIII. **Vária História**. N.20, p.97-117. Belo horizonte. 1999.

[21] JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. Ed. Brasiliense. 49ª reimpr. São Paulo. 2008

[22] KURY, Lorelai B. Entre utopia e pragmatismo: a história natural do iluminismo tardio. In: **Da revolução científica à big (business) science: Cinco Ensaios de História da Ciência e da Tecnologia**. Org: SOARES, Luiz Carlos. Hucitec-EdUFF. São Paulo-Niterói. 2001.

[23] KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, ciências, saúde**. Vol. 11 (suplemento 1):109-29, Manguinhos, 2004.

[24] KURY, Lorelai B. O naturalista Veloso. **Rev. Hist**. N.172, p.243-277. São Paulo. Jan-jun. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98752. Acesso em: 18 de julho de 2024.

[25] LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.77-106. Lisboa. 1999.

[26] LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822**. Universidade de Lisboa. Lisboa. 2009.

[27] LIRA, Priscila; ANTUNES, Ettore Paredes. A biografia científica de João Manso Pereira e a contribuição africana e afro-brasileira para o desenvolvimento da química no Brasil. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 27, p. 193-208. São Paulo. 2023.

[28] NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)-Um frade no Universo da Natureza. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.51-75. Lisboa. 1999.

[29] PATACA, Ermelinda Moutinho. Frei Veloso viajante. In: **Frei Veloso e a tipografia do arco do cego**. Tradução . São Paulo: Edusp, 2019. . Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/c9bbf74f-c011-4f26-aa4f-b43f15b8e55b/Frei%20Veloso%20viajante%20%282019%29.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

[30] PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**. V.15, n.29, p.498-526. Rio de Janeiro. Jul/dez. 2014

[31] PINHEIRO, J. F. F. VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO: MEMÓRIAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [S. l.], n. 166, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/140862. Acesso em: 2 fev. 2025.

[32] SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Das memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América Portuguesa do século XVIII. **Diálogos**. Vol.12, n.1, p.207-225. Maringá. 2008.

[33] SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva; MORAES, Eulalia Maria Aparecida de. Da calcografia do Arco do Cego: divulgação e uso das ciências no século XVIII. In: **História das ideias: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade**. Eduem. p.101-117. Maringá. 2010.

[34] SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX. **CONFLUENZE**; Vol. 6, No. 1, 2014, pp. 48-60, ISSN 2036-0967,Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

[35] SILVA, Elis Pacífico. **A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822).** Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

[36] THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Companhia das Letras. São Paulo. 1988.

Conclusão

Reunimos nesta obra diferentes discussões historiográficas, derivadas de pesquisas no campo da História das Ciências da Saúde, História da Alimentação e História das Ciências Naturais. A reunião de diferentes abordagens sobre o uso de fontes históricas demonstra a importância de trabalhar com outros tipos de documentos além daqueles considerados fontes "oficiais", ou seja, disponibilizados por grandes instituições ou que relatam apenas grandes feitos históricos.

Ao estudar as obras de Jean Baptiste Debret (1768-1848) pela perspectiva de História da Alimentação, por exemplo, as autoras trouxeram uma nova abordagem para pinturas tão conhecidas. As pranchas do pintor francês Debret, por serem um acervo exorbitante e contarem de forma ampla a história do Brasil Colonial, são frequentemente citadas em trabalhos acadêmicos. A perspectiva em torno dos alimentos presentes na obra, no entanto, ganharam outro olhar na discussão deste capítulo.

O mesmo movimento se repete no trabalho dos relatos de viajantes, explorados no terceiro capítulo deste livro. As fontes necessitam de uma interpretação mais aprofundada por parte dos pesquisadores, pois os colonos europeus fornecem informações baseados nas imagens que eles detém sobre os nativos. Essa perspectiva é entendida como fundamento para analisar o que não é diretamente falado. Este também é um trabalho da pesquisa historiográfica e do trato com as fontes: identificar o que não está explícito no documento e resgatar a história daqueles que não puderam falar por si.

As teses médicas do século XIX são fundamentais para compreensão do poder e influência da medicina no período. Esses trabalhos são documentos oficiais, defendidos nas Faculdades de Medicina e disseminados como manuais no corpo social. Assim, ao trabalharmos com esse tipo de fonte histórica nos deparamos com uma mentalidade científica que corrigia o cotidiano, a moral, as normas de conduta. Identificar tais práticas em meio a esses trabalhos sugere um trato rigoroso e atento com os documentos.

Por fim, encontramos também os manuais produzidos na Oficina Calcográfica Arco do Cego. Fontes que foram produzidas na instituição na transição do século XVIII para o século XIX e se tornaram, no último capítulo deste livro, fontes primárias na reconstrução da História do local e das transformações que ocorreram na Ciência por conta dele.

A proposta principal deste livro é de revelar a história como uma área aberta à pesquisa e a cultura; um campo dinâmico na produção de saberes. Cada capítulo, por meio de fontes diversas, demonstra como os historiadores podem interpretar e reconstruir a

história a partir de múltiplas perspectivas, sejam elas visuais, textuais, científicas ou culturais. As fontes primárias auxiliam o historiador a superar desafios em relação a sua distância com o passado, trazendo interpretações cada vez mais próximas às do período estudado.

O movimento iluminista, com seu destaque para a razão e a ciência, e a Escola dos Annales, com seu foco na interdisciplinaridade, são dois exemplos de como as fontes históricas podem ser trabalhadas de formas diversas e inovadoras, sem perder sua importância nem seu lugar na história. Assim como o aprofundamento nas demais áreas de pesquisa que podem ser aliadas a historiografia, como a saúde, alimentação e o ambiente. Este livro reforça a importância das abordagens metodológicas nas pesquisas históricas e o compromisso dos historiadores em relembrar aquilo que a sociedade tende a esquecer.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson